

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO UTILIZADOS NA ARQUITECTURA CRISTÃ DA ALTA IDADE MÉDIA, EM PORTUGAL

MANUEL LUÍS REAL¹

A queda do Império romano foi acompanhada de um período de grandes convulsões e de uma progressiva desestruturação do território, se bem que estejamos perante um processo multifacetado e não homogéneo. Nas principais cidades, a paisagem apresentar-se-ia marcada por grandes construções, parcialmente abandonadas ou reutilizadas para fins diversos daqueles para que foram construídas. No meio rural, haveria também *villas* e templos pagãos degradados ou em estado de abandono. Esta conjuntura e a emergência de novas necessidades levaram ao espólio das ruínas de antigos edifícios e, inclusive, à criação de correntes de importação, à distância, de materiais para reciclar. No entanto, não é de descartar a possibilidade de sobrevivência da exploração directa de algumas jazidas naturais, para obter novas matérias-primas. Na época em estudo, é difícil encontrar evidências, nomeadamente documentais, sobre esse tipo de actividades, se bem que existam múltiplos indícios que permitem caracterizar tendências e estratégias de aprovisionamento, assim como alguns dos procedimentos utilizados.

Este breve ensaio dá particular relevo ao uso de materiais de alvenaria, mas não deixa de prestar atenção a outros tipos de matéria-prima. A pesquisa efectuada incide fundamentalmente sobre exemplos encontrados em território português, embora se invoquem, sempre que justificado, outros paralelos peninsulares.

O RECURSO À MATÉRIA-PRIMA LOCAL

É um fenómeno lógico a utilização da oferta local. Regra geral, ela era mais barata e abundante, se bem que nem sempre pudesse corresponder aos objectivos pretendidos. Neste caso, ter-se-ia de recorrer à importação de outro tipo de produtos. Mas

¹ Investigador do CITCEM

a razão principal da escolha de materiais disponíveis localmente, ou na proximidade imediata, foi a facilidade da sua extracção ou aquisição e o menor esforço exigido para o transporte até ao local da obra. Não raras vezes, a pedreira, a saibreira ou a barreira coincidiam – ou conviviam de perto – com a obra. Seria o caso da Ponte da Pedreira (Cerdal, Valença), com origem medieval, embora de época indeterminada. A construção de igrejas e mosteiros apoiar-se-ia, sempre que possível, num sistema de extracção de proximidade. Um exemplo notável, se bem que partindo do estudo de um edifício românico, é a reconstituição feita pela equipa de arqueologia que tem trabalhado em São João de Tarouca. Para um raio de três quilómetros, em redor do mosteiro, foram identificados nove locais de extracção de pedra e determinados os caminhos vicinais usados para o transporte da mesma. Em certos casos, o acesso podia fazer-se por vias alternativas e algumas destas seriam comuns a mais do que uma pedreira. Embora seja evidente o uso destas jazidas durante largos séculos, parte delas remontarão à fase mais antiga, fornecendo cascalheiras, marcas de cunhas, peças inacabadas, etc.². As grandes cidades, como o Porto, Coimbra ou Lisboa estão cheias de locais donde, outrora, foi extraída pedra para as suas grandes obras³. O problema é identificar aqueles que remontarão aos períodos romano e medieval, já que a documentação é escassa e os solos antigos se encontram hoje praticamente irreconhecíveis. Mesmo nos pequenos povoados havia explorações de uma grande centralidade, como parece acontecer com a pedreira medieval do Rossio, no Alvito, redescoberta em meados do século passado, com a sua extensa rede de salas e túneis subterrâneos.

No âmbito do aproveitamento da matéria-prima local, deve também considerar-se a utilização de materiais em segunda mão. Foi prática corrente o recurso a elementos remanescentes de outras obras próximas ou, então, espoliados de edifícios caídos em ruína ou com a construção interrompida. Nestes casos, há que ter em conta a possível diversidade de origem desses materiais, outrora procurados no exterior, mas que, devido às circunstâncias, se transformam em oferta local. A mistura entre pedra local e materiais importados pode justificar-se em determinadas situações, por motivos técnicos ou económicos, como acontece na ponte de Mértola, em que os pilares são parcialmente em alvenaria de mármore e os arcos estão construídos com xisto das redondezas, mesmo no interior dos Ppegões, onde é usado principalmente o mármore.

A preferência pelos recursos naturais de uma certa região explica, muitas vezes, as diferenças encontradas no modo construtivo, mesmo entre edifícios quase coe-

² MARQUES *et alii* (2010)

³ A título de exemplo, a respeito de Lisboa, veja-se o respectivo levantamento cartográfico, onde estão identificados 248 locais de extracção, independentemente do período de actividade:

<http://ulisses.cm-Lisboa.pt:80/data/002/003/003/artigo.php?ml=2&x=b13a3pt.xml>

vos e relativamente próximos entre si. Se observarmos a área do antigo *Conventus Pacensis*, por exemplo, verifica-se uma enorme diversidade geológica num raio de apenas 150 Km a partir da respectiva sede administrativa. Próximo de Beja afloram os mármore de Trigaches e São Brissos, de tom acinzentado, explorados desde a época romana e muito em voga na alta Idade Média. Já a região de Estremoz, Borba e Vila Viçosa fornece o precioso mármore branco, tão usado na estatuária. O xisto encontra-se em variadas zonas, mas com particular incidência no sudoeste e junto à fronteira do Guadiana. Na costa sul, correspondendo ao actual Algarve, é frequente o calcário, enquanto que no extremo oposto, mais para nordeste e já em contacto com as Beiras, deparamo-nos com a paisagem granítica. Esta variedade na composição geológica do subsolo justifica as grandes diferenças encontradas na escolha de matéria-prima e, consequentemente, no próprio estilo das construções. Assim se explica a grande densidade de mármore na escultura visigótica e moçárabe de Beja, bem como o seu uso intensivo em Vera Cruz de Marmelar, um edifício de cronologia problemática, mas seguramente com um antecedente alto-medieval. Já a igreja de Santana do Campo (Arraiolos), reutilizando impressionante silharia almofadada, de um antigo templo romano, é um marco da arquitectura regional em granito. Desconhece-se a cronologia desta transformação, mas as características da ábside, com as suas reduzidas dimensões – quase aparentando um *mirhab* – parece fazê-la remontar à época pré-nacional. Por outro lado, se nos virarmos para Mértola ou Alcoutim, deparamos com edifícios construídos em alvenaria de xisto, em tudo semelhante à da arquitectura tradicional da zona. Estamos a pensar, por exemplo, nos templos pré-românicos de Mosteiro (fig. 1) e do Montinho das Laranjeiras. Regra geral, a escultura é escassa ou inexistente, podendo, excepcionalmente, dar lugar a revestimentos musivos ou a fresco. Estamos perante uma arquitectura em materiais pobres – o que não significa falta de preparação dos alvenéis – e produzida por comunidades humildes. É o que se pode deduzir também da fase moçárabe do Monte da Cegonha e das ruínas da igreja de Mosteiros, nos concelhos da Vidigueira e Portel respectivamente, apesar de ainda próximo das pedreiras de São Brissos/Trigaches. O templo paleocristão do Monte da Cegonha ainda exibía peças em mármore, mas as transformações posteriores são exclusivamente de alvenaria de xisto, tal como as casas desta alcaria no período islâmico. Quanto à pequena capela de Mosteiros, é significativo o contraste com a imponente silharia do santuário de Vera Cruz de Marmelar, situado um pouco mais a norte, mas igualmente no município de Portel. Alguma separação cronológica pode também explicar diferenças de contexto, em certos casos, mas não será essa a razão principal. A distâncias quase similares do mesmo centro produtor, ficam a aldeia de Alfundão e a estação arqueológica do Monte Roxo, nas quais apareceu um número reduzido de peças decoradas em mármore, em estilo idêntico às de

Vera Cruz. Mas nesta última pressente-se uma outra ambição e uma diferente capacidade de meios.

Finalmente, há a sublinhar a possibilidade de, entre várias matérias-primas fornecidas dentro de uma região bem delimitada, a escolha variar em função de múltiplas circunstâncias: proximidade relativa da pedreira, grau de dificuldade da sua exploração, falha no circuito de fornecimento ou, simplesmente, por moda ou gosto dos artífices e encomendadores. Nem sempre é fácil descortinar quais os motivos dessa pluralidade de escolhas. Contudo, e relativamente à região de Coimbra, percebe-se uma tendência para o uso precoce do calcário branco, de tom levemente róseo ou acinzentado, e dureza superior. Assim se verifica em quase toda a escultura pré-românica da cidade e arredores. Até aos meados do século XII, a maioria das peças tem esta característica, incluindo as do claustro de São João de Almedina e algumas de Santa Cruz e São Pedro (o primeiro de finais da centúria anterior e as outras duas posteriores a 1130, mas ainda com parte da obra relativamente precoce no tempo). Cremos poder tratar-se de calcários provenientes de uma zona situada alguns quilómetros a norte da cidade. Entretanto, quase toda a alvenaria e parte da escultura da Sé Velha, assim como da generalidade do românico coimbrão, adopta um calcário amarelo, bastante friável. Trata-se de material explorado na própria cidade, mais brando e barato, existente em abundância junto ao estaleiro de obra, o que se compreende a partir do momento em que a indústria da construção passou a ser intensiva. Também existe na margem esquerda do Mondego, sendo conhecido pelo nome de calcário do Bordalo. A chamada pedra de Ançã, um calcário branco imaculado proveniente da zona de Cantanhede, só excepcionalmente aparece nas últimas obras românicas – remate do portal oeste da igreja de Santiago, após anos de interrupção, e um capitel de Santa Justa, presumivelmente do seu claustro – para depois se tornar a pedra de eleição do gótico tardio e renascimento.

DIVERSIDADE E COMPLEMENTARIDADE DOS MATERIAIS

Um documento sobre a disputa em torno dos moinhos de Forma, reivindicados pelo mosteiro de Lorvão (1064-65), contém a notícia da vinda para esta região de um tal mestre Zacarias, de Córdova. Teria sido ainda no século X, pois ocorreu algum tempo antes da conquista de Almançor. É mencionada a autoria de quatro pontes, mas, naturalmente, executou outras obras, como os moinhos acima referidos. Sendo um perito na arte de construir, não admira que tivesse capacidade para dirigir diferentes tipos edificação. Seria aliás uma prática normal, pois o célebre Mestre Mateo, responsável pelo Pórtico da Glória da catedral de Santiago de Compostela, foi igualmente arquitecto de pontes. Através do *Liber Testamen-*

torum (doc. 71), sabemos que mestre Zacarias começou por montar seu estaleiro em *Alviaster*, junto a Vilela, um pouco a norte da cidade de Coimbra (“et ficavit sua tenda in Alviaster”). Posteriormente, vieram os homens da terra – com as suas vigas (“directos”), carros, pedra e cal – e fizeram a respectiva ponte. É relevante assinalar a alusão aos materiais utilizados, não apenas àqueles que se destinavam à estrutura de alvenaria, mas também aos carros para o seu transporte e à madeira destinada à elaboração de cimbres e andaimes⁴. Se acrescentarmos ainda os instrumentos de trabalho, aqui não mencionados – de canteiro e assentador, de execução e transporte das argamassas, de elevação dos silhares, etc. – ficaremos com uma ideia bem mais realista sobre a variedade de materiais exigida por qualquer obra.

Passando à arquitectura religiosa, é fácil entrever igualmente diversidades e, desde logo, na matéria-prima de base. A construção em *alvenaria de pedra* foi, sem dúvida, a mais frequentemente usada (fig. 1 e 2). Mas deviam existir igrejas construídas em outros materiais. Na época romana havia o costume de executar muros com estrutura menos cuidada, sendo depois revestidos com estuque ou painéis de mármore. Não identificamos o uso destas *placagens*, a não ser em obras ainda de época paleocristã, como ocorre, por exemplo, em algumas piscinas de baptistérios. O *tijolo* e a *taipa* devem ter sido frequentes em determinadas regiões, mas, em território português, são praticamente desconhecidos templos alto-medievais onde os muros fossem feitos apenas desse material. No sul, o uso da taipa foi frequente na arquitectura civil e militar, pelo que não espantaria se viessem a ser descobertas ruínas de igrejas em que a técnica utilizada fosse semelhante. Por sua vez, merece ser citada uma notícia epigráfica referente ao reino de Leon e que tem a ver com o mausoléu mandado construir por Afonso V. Este rei faleceu às portas de Viseu, durante o cerco da cidade, depois de ter sido atingido por uma mortífera flecha. Cumprindo o seu desejo, o monarca viria a ser sepultado no mosteiro de São Paio, na cidade de Leon (hoje colegiada de Santo Isidoro). O seu corpo ficou junto dos restos dos seus antepassados, para os quais edificara uma capela expressamente com materiais pobres, segundo reza o seu epitáfio: “fecit ecclesiam hanc de luto et latere”⁵. Barro e ladrilho, como irá ser apanágio da arquitectura mudéjar. Acerca do uso de ladrilhos decorados com motivos cristãos, comuns na bacia mediterrânica desde a Antiguidade Tardia e de que existem bons exemplares na Andaluzia, não há qualquer rasto em Portugal. Encontramos à venda alguns tijolos dessa tipologia, num antiquário de Estremoz, mas suspeitamos que tivessem origem no sul de Espanha.

A cal, o saibro e a areia eram as matérias-primas mais usadas para o fabrico das *argamassas*. Nos edifícios de boa silharia, mesmo que de aparelho irregular, o

⁴ *Liber Testamentorum Cenobii Laurbanensis*. Leon, CEISI, 2008, p. 700-702

⁵ MARTIN LÓPEZ (2004), p. 953

uso de argamassas seria mais moderado, embora estivesse sempre presente. Havia inclusive paramentos de junta seca, os quais foram sendo adoptados em crescendo a partir do século X, quando se recupera a qualidade construtiva e se intensifica o uso do aparelho isódomo, à romana. Mas a exploração das barreiras e dos areeiros nunca terá deixado de ser uma actividade muito expandida durante toda a alta-Idade Média. A proliferação de solos graníticos em decomposição proporcionou inclusive, em certas zonas, a abertura de edificações rupestres, seja como *ergastulae* destinados ao isolamento temporário de monges, individualmente ou em grupo (Sabariz)⁶, seja como zonas de habitat, relacionadas com mosteiros familiares ou pequenas comunidades rurais (arredores de Amarante, Resende, Castelo de Paiva, etc.). Nalguns exemplares aparecem espaços perfeitamente delineados com a forma de *templete*, incluindo uma pequena abside – de planta rectangular, em Sabariz (fig. 11); ou de planta em ferradura, como em Candemil – e uma nave ou vestíbulo de acesso.

O uso da madeira, pela sua maior facilidade de colheita e manipulação, esteve sempre presente e nas mais variadas circunstâncias: portas, janelas, armaduras de telhado, guarnições decorativas, mobiliário litúrgico, etc. Em S. Gião da Nazaré, a tribuna e as habitações altas assentavam em pisos de madeira. As vigas também foram usadas em lintéis de porta, como elemento de coesão e de sustentação da estrutura murária, aqui constituída por elementos pobres⁷. Mas não será apenas este tipo ligeiro de alvenaria a utilizar a madeira como instrumento de coesão. Na igreja leonesa de San Juan de Baños, construída em bom aparelho, existe esse mesmo tipo de solução sobre a porta de acesso à nave central. Em Portugal ainda não foram detectadas cunhas de prensão, entre as juntas de grandes silhares – à romana – mas tal foi identificado em S. Pedro de la Nave. Este monumento, ao ser desmontado com vista à sua trasladação, para evitar que ficasse submerso por uma albufeira, forneceu ainda outros testemunhos, como a viga que consolidava a estrutura, numa fiada sobre o arco triunfal, do lado interno da abside e na interface com a câmara superior⁸.

Passando agora em revista algumas partes dos edifícios, começaremos pela *cobertura*. Os casos mais frequentes, no meio rural ou em antigos centros urbanos, são a telha e o colmo (“casa una murea teliata integra et de alia casa murea coperta a genesta”, em 985 – DC 149) e tal ocorria, naturalmente, no sistema de cobrimento de certas igrejas alto-medievais. A arqueologia deve estar particularmente atenta aos casos de ausência de escombros do telhado (seja, embora, de admitir a reutilização da telha de edifícios caídos no abandono), assim como, na circunstância de existirem depósitos de cerâmica industrial, também aos casos da eventual presença

⁶ Foi o primeiro exemplar identificado em Portugal: cfr. REAL *et alii* (1982); BARROCA *et alii* (1985)

⁷ CABALLERO *et alii* (2003); REAL (1995), p. 61-62

⁸ CABALLERO (2004), p. 209-237

de fragmentos de telha plana em níveis de demolição ou abatimento. Hoje em dia, sabe-se que o seu uso se prolongou para além do período romano, sendo ainda esta tipologia representada em finais do século XI, no sarcófago de Martinho de Dume. Deve também considerar-se a possibilidade do recurso ao xisto, como ocorre na Galiza, em Santiago de Peñalba ou em San Salvador de Samos.

No domínio da cobertura há ainda que ter em conta o uso de abóbadas, apesar de em Portugal se terem conservado poucos exemplares⁹. Em São Gião da Nazaré ruiu a capela-mor, mas ainda se vê o arranque de uma abóbada em berço, feita à base de placas de calcário, finas e irregulares, dispostas radialmente. O uso deste formato de abóbada foi decerto o mais vulgar, mas a matéria-prima e a técnica de construção iam variando. Na capela-mor da basílica de Idanha-a-Velha¹⁰ ela é executada em bons silhares de granito, de juntas cuidadas, o que nos transporta para a concepção provável da cobertura primitiva das ábsides de S. Pedro de Lourosa – hoje produto de um “restauro” demasiado radical, mas, neste restrito aspecto, não muito desviado do modelo – tais são as afinidades existentes entre algumas partes construtivas dos dois monumentos. Também em S. Frutuoso de Montélios existia uma abóbada de berço, no braço ocidental, desta feita em tijolo. Segundo observações de J. de Moura Coutinho, na sequência das sondagens que acompanharam o restauro do monumento, teria havido duas fases no dispositivo que cobria a nave da entrada. A abóbada semicilíndrica “não era a originária”. Houve uma anterior, igualmente em berço, “mas ultra semicircular e desenhava-se a maior altura”, pois “na parede do corpo central vê-se, ainda, o perfeito recorte, na calíça da guarnição”. A igreja-mausoléu de S. Frutuoso teria sido, aliás, um verdadeiro repositório de experiências no domínio do abobadamento. Afigura-se hoje difícil reconstituir o sistema de cobertura das três capelas, mas, por descrições antigas quanto ao número de colunas e pela descoberta de algumas das respectivas sapatas de assentamento, pressupõe-se que seria extremamente complexo. Não discutiremos aqui o assunto, porque extravasa o tema deste trabalho. Mas merece referência a cúpula da torre cruzeira, a qual é ainda original e apresenta um aparelho misto. Hoje encontra-se rebocada. Porém, uma foto do momento em que foi posta a descoberto, revela que os pendentes são em tijolo, mas assentam em consolas de granito. E essa mesma duplicidade se repete na calote semi-esférica, que, na base, apresenta duas fiadas de silhares, a partir das quais recomeça em tijolo (2a)¹¹.

⁹ Sobre esta importante faceta da arquitectura tardoantiga e altomedieval, vd. UTRERO (2006)

¹⁰ Apesar de ser obra antiga, fizeram-se no interior do edifício rebocagens incompetentes – algumas em vésperas do seu estudo – que destruíram informação e dificultaram a análise arqueológica da arquitectura. Cfr. CABALLERO (2005), p. 7, 15-17

¹¹ COUTINHO (1978), p. 120-122 e fig. XVII

A mesma variedade de materiais é utilizada na preparação das *arcaturas*, que se distribuem por diversas partes dos edifícios. Embora possam existir templos onde são reduzidas ao mínimo, encontramos-las na entrada das ábsides, em passagens rituais (“iconostasis”), portas, janelas, frestas, etc. Existem inúmeras variáveis, mas quanto à matéria-prima e ao aparelho utilizado não há grandes diferenças relativamente ao que se disse para as abóbadas. Apenas duas situações merecem o devido realce. No que concerne às frestas e janelas, a estrutura dos arcos tanto pode ser monolítica (nos chamados ajimezes, cuja peça superior muitas vezes adopta uma pedra de melhor qualidade, em relação à parede envolvente), como ainda através de aduelas, por vezes em material diferente do utilizado nas ilhargas laterais, como na basílica de Idanha. Outro caso singular e que justifica um sublinhado especial, é o da entrada da capela-mor da igreja de Santa Valha (Valpaços), cujo remate superior é definido por uma única peça de madeira, na forma de um arco segmentado. Este assenta em impostas de pedra, as quais descarregam, por sua vez, em dois gigantes monolíticos, com almofadado (fig. 3)¹².

Tem-se prestado pouca atenção ao modo como, nestas igrejas, se fazia o *encerramento dos vãos* exteriores, de modo a proteger o edifício e dar mais comodidade aos seus utentes, sobretudo quando o clima se tornava agreste. As portas seriam naturalmente em madeira e, só em casos excepcionais, reforçadas com metal. Os velos de couro também poderiam ser usados para impedir correntes de ar mais incómodas, em edifícios muito frequentados. Ainda hoje se adopta este tipo de defesa (inclusive contra o calor), em mesquitas do médio Oriente. Quanto às janelas, adoptavam-se grelhas como elemento decorativo e de protecção, na boa tradição romana. Os casos mais conhecidos são mesmo em pedra – vejam-se a presumível gelosia de Sobreposta, no Museu Pio XII-Braga (cfr. Real-2007, fig.38) e os fragmentos de Idanha, Conímbriga, etc. – mas poderão ter existido em metal ou gesso. Embora não estejamos em condições de invocar exemplos em território nacional, podem citar-se paralelos na grade em bronze do Museu Nacional de Ravena (originária da fresta exterior da cripta de Santo Apolinário in Classe) e nas peças em gesso de Astorga (S^a Marta), Oviedo (Santullano) ou Roma (S^a Sabina, S^a Prassede, etc.). Em certas circunstâncias, para resguardo das gelosias e janelas – sem deixar de permitir a infiltração uma luz ligeiramente coada – chegaram a usar-se o tecido claro e a pele fina (nomeadamente em pergaminho), assim como o próprio vidro. Estamos mal informados a respeito deste último, na alta Idade Média portuguesa, mas o seu uso continuou noutras regiões, em habitats aristocráticos e

¹² Revelada por Ricardo Teixeira, esta igreja merecia um estudo mais aprofundado, inclusive através da análise de C14, na referida peça de arco.

em edifícios cultuais¹³. Por vezes, em zonas de clima mais agreste ou por motivos de segurança, as grandes fenestrações chegavam a ser completamente encerradas. O mais vulgar seria a madeira e encontramos marcas de verdadeiras portadas em pedras salientes, com perfuração vertical, no exterior da cabeceira de certas igrejas asturianas (San Tirso de Oviedo). Em outras regiões, chegou-se mesmo a usar placas em pedra, como ainda se pode ver na basílica de Torcello (Veneza). Em Portugal, existe um exemplar desta tipologia, que importa salientar, devido à sua extrema raridade e decoração. Trata-se de uma placa em mármore, proveniente de Arraiolos, a qual ainda conserva um dos espigões que a faziam girar (Museu Nacional de Arqueologia: 71,5x49,5 cm)¹⁴. Não pondo de lado a possibilidade da peça ter sido aplicada a um sistema mais dinâmico de cancela litúrgica¹⁵ – de que não encontramos paralelo – deve acrescentar-se que, tendo em conta o elemento decorativo, não nos parece ser este exemplar posterior ao séc. VII (fig. 4).

Não iremos aqui abordar a diversidade de materiais usados na execução do mobiliário litúrgico, pois extravasa o âmbito deste estudo. Porém, não queremos deixar de aludir à existência, mais que provável, de *cancelas ou jubeus* (ao modo de “iconostasis”) em madeira, já que são peças agarradas ao edifício. Escavações arqueológicas, em templos integralmente construídos neste material, revelaram separações litúrgicas feitas na arte de marceneiro. Não é de admirar que o mesmo se passasse em certos edifícios de alvenaria, sobretudo em contextos mais humildes. Algumas paredes apresentam perfurações (S^a Comba de Bande) ou consolas (S. Gião da Nazaré), que serviam de apoio a traves destinadas, nuns casos a suportar pavimentos, noutros a suspender cortinas ou objectos litúrgicos. No entanto, parecem terem existido estruturas de encerramento verticais, altas e em madeira, como já foi aventado para a ermida rupestre de San Pelayo (Palência).

Resta-nos referir dois outros aspectos onde a complementaridade de materiais se torna frequente. Primeiramente, há que sublinhar a importância do estudo dos

¹³ Vejam-se, a título de exemplo, as actas do *Premier Colloque International de l'Association Verre et Histoire* (Paris-La Defense/Versailles, 2005) e da *Table Ronde du Centre d'Études Médiévales* (Auxerre, 2006). No colóquio de Paris, François Gentili apresentou um interessante *Poster* com vários exemplos do uso do vidro arquitectónico mesmo em habitats rurais da alta Idade Média, associados a edifícios ainda construídos sobre postes de madeira.

¹⁴ ALMEIDA, Fernando de (1962), p. 214 e fig. 194

¹⁵ Assim o interpreta Maria José Fresco de Almeida. Cfr. ALMEIDA (1987), v.1, p. 262-263. A circunstância de esta peça possuir um batente cuidadosamente delineado de topo, no extremo oposto ao eixo pivotante, pode levar a concluir que se trata de uma cancela, com encaixes e uma forma de ensablamento muito especiais. No entanto, o mesmo raciocínio é válido para a hipótese, mais provável, de estarmos em presença de um volante destinado ao encerramento de janela. Os únicos paralelos que encontramos, em Torcello, além de completamente lisos, também não dispõem do desengrossamento diédrico no topo, a formar batente.

pavimentos – infelizmente, muitas vezes em estado de degradação acentuada – não apenas porque fornecem frequentemente indicadores do ponto de vista cronológico, mas também pelos ensinamentos que podem trazer quanto à organização do espaço litúrgico e sua evolução. Embora, em outros países, existam templos providos de ricos pavimentos em mosaico – alguns até de cronologia avançada – em Portugal têm sido encontrados em mau estado de conservação e não parecem ultrapassar o século VI (veja-se o caso de Tongóbriga)¹⁶. Uma exceção, poderá constituir o pretendido complexo baptismal de Mértola¹⁷, se bem que haja quem pense tratar-se de um mero palácio tardo-antigo, sem a vocação litúrgica que lhe é atribuída¹⁸. Pelo menos em Dume (escavações de Luís Fontes), Frende (actualmente no Museu do Seminário Maior do Porto) e Mértola (basílica do Rossio do Carmo), existiram tampas de sepultura decoradas a mosaico, o que configura a existência de pavimentos mais complexos, em basílicas expressamente destinadas para uso funerário. No Monte da Cegonha, alguma anarquia que possa ter existido, pela descontinuidade provocada por esses enterramentos, foi resolvida através da sobreposição de um pavimento unitário em *opus signinum*, acaso posterior à proibição canónica da inumação dos fiéis no interior dos templos. Convém prestar um pouco de atenção a esse tipo de solos, pois durante largo tempo se pensou que era exclusivo da época romana, sabendo-se agora que perdura até ao fim da alta Idade Média. Um bom exemplo tardio é o de S. Gião da Nazaré, onde existia um lajeado e se deu a “repavimentação da nave, transepto, abside e espaço colateral Norte da cabeceira, com *opus signinum*”. Este novo pavimento “materializou no interior do templo um espaço claramente em cruz latina, diferenciado dos restantes espaços pavimentados com lajes em calcário”¹⁹.

A última nota diz respeito aos *revestimentos murários*. Uma grande parte das igrejas era revestida com rebocos, não apenas para melhor preservar a conservação dos muros, mas ainda para os valorizar esteticamente. Em edifícios com alvenaria de pedra miúda e pouco regular, como nas Astúrias, “los paramentos exteriores de la iglesia estarían recubiertos com una capa de estuco, la cual era moldeada en los esquinales imitando las formas de grandes sillares”²⁰. Podem-se observar alguns restos em San Julián de los Prados, na parede oriental do transepto e no muro testeiro do mesmo. Mas nem sempre assim acontecia. Na igreja da Capinha (Fundão), construída com material de espólio, houve deliberadamente mais cuidado em tratar a face exterior, com um aparelho regular, enquanto por dentro se preparou descuidadamente uma superfície destinada a levar reboco. Em Portugal, estes reves-

¹⁶ FONTES (1991-92), p. 201-204, 207 e Est. III; LIMA (2012)

¹⁷ LOPES (2003)

¹⁸ Opinião amavelmente comunicada por Luís Caballero, a quem agradecemos

¹⁹ ALFENIM-LOPES (1995), p. 398; FONTES-MACHADO (2003), p. [39]

²⁰ ARIAS (1993), p. 56

timentos de argamassa foram sendo substituídos com o tempo ou, simplesmente, eliminados. Bem próximo de nós, na Galiza (S. Miguel de Celanova, Santiago de Peñalba, San Salvador de Samos), mas também nas Astúrias (San Julián de los Prados, acima de tudo), em França (Auxerre, Malles, etc.), Alemanha (Lorsch) ou Itália (Brescia, Pavia, etc.), existem testemunhos que demonstram a larga difusão da *pintura a fresco*, enquanto tipo de decoração arquitectónica. Costuma dizer-se que em Portugal, após a Antiguidade Tardia, se perdeu toda a tradição da pintura mural romana e que esta só terá reaparecido por volta do século XV. Tal não é verdadeiro, se bem que, para o sustentar, se mantenham poucos monumentos desse período em pé e se hajam destruído, quase sistematicamente, as evidências de manifestações artísticas “secundárias” ou vestigiais, em obras posteriores de reconstrução e restauro. Temos esperança de que ainda se possam vir a encontrar fragmentos, em acções de restauro contemporâneas (mais sábias e bem apetrechadas) ou em futuras pesquisas arqueológicas, levadas a efeito em edifícios de traça antiga e que preservem ainda eventuais trechos de arquitectura alto-medieval. Foi o que aconteceu no único caso confirmado, até hoje, em S. Martinho de Lagares, cuja escavação tivemos o privilégio de partilhar. Trata-se de um pequeno fragmento preservado no subsolo da capela-mor, “sobrevivente numa pedra reaproveitada no alicerce da testeira românica, a uma cota que torna inevitável a sua atribuição ao séc. X-XI”²¹. A pintura parece ser bicolor, revelando uma decoração geométrica em branco e cinza. Existem tonalidades castanhas, mas julgamos derivar de alterações resultantes da degradação do estuque. Tal como é referido no relatório da escavação, “trata-se de uma das descobertas mais importantes desta campanha, que fez recuar cerca de quatro séculos a referência a frescos em Portugal” (fig. 5a). No entanto, há que notar o realce dado, por Flório de Vasconcelos, à fotografia de um fresco que existia em São Frutuoso, anteriormente aos restauros. Cedida por Gomez Moreno a D. Fernando de Almeida, que a publicou na sua tese sobre a “Arte Visigótica em Portugal”, com a indicação de ser da autoria do fotógrafo bracarense Santos Lima²². Pode observar-se aí um luxuriante painel, decorado a fresco, no evasamento interior de uma das frestas da torre lanterna (fig. 5b). Na imagem aparece uma voluta, de uma densidade tal que faz lembrar certos exemplares de arte sassânida. Este trecho, só por si, dá-nos uma fugaz ideia da aparência sumptuária que deveria caracterizar a capela-mausoléu de S. Frutuoso de Montélios.

Ainda no âmbito dos revestimentos murários, levanta-se o problema se terão existido, ou não, *estuques decorados* em relevo, tão importantes eles foram no seio da arquitectura bizantina, carolíngia e omíada. Para a Península Ibérica, Luís

²¹ BARROCA-REAL (1984), fl.6, fig. 1 e 3

²² VASCONCELOS (1968), p. 259-260 e fig. 9

Caballero estudou os exemplares de Villajoyosa (Alicante)²³, aos quais acrescenta fragmentos em Melque (Toledo), Arlanza (Burgos), Santa Coloma e Tricio (La Rioja). Muito utilizados no mundo islâmico, são por demais conhecidos os gessos decorativos do palácio islâmico de Madinat al-Zahra. Mas, no mesmo edifício, vieram a ser copiados em mármore, outros painéis ornamentais que preservam o requinte e a finura dos anteriores. Em Portugal, foram encontrados estuques em relevo, apenas em ambientes islâmicos e relativamente tardios: Montemor-o-Velho (placa no Museu Machado de Castro), Mértola (mihrab da Mesquita), Silves (palácio Almóada). Todavia, temos fortes suspeitas de que, ainda durante o califado omíada, em Lisboa e Santarém possam ter sido utilizadas decorações em estuque. Não nos referimos a meros grafitos, como o que Alexandra Gaspar descobriu no claustro da Catedral, mas a verdadeiros painéis artísticos. Anos atrás, chamamos a atenção para a enorme semelhança existente entre alguns baixos-relevos em calcário e seus modelos em estuque, de fabrico sassânida e omíada. Estamos a pensar em certas esculturas ornamentais actualmente no Museu da Cidade ou no Museu do Carmo (Lisboa) e, também, no Museu de São João de Alporão (Santarém). Não se trata apenas da mera repetição de um desenho recuperado de um qualquer álbum colocado à disposição do artista. A expressão plástica mimetiza de tal forma, em calcário, o modelado do gesso, que parece impossível que os artistas lisboetas não tivessem diante de seus olhos os próprios modelos em estuque²⁴. Tal não nos deve admirar, pois, como referimos acima, esta duplicidade de materiais foi cultivada em Madinat al-Zahra, malgrado a identidade das formas e do seu efeito artístico, decerto para responder distintamente às condições a que estavam sujeitos os revestimentos ao ar livre e no interior do palácio. Temos em curso um estudo sobre dois núcleos artísticos da costa portuguesa e sua provável articulação com uma rota atlântica, pouco conhecida para período tão recuado, mas que começa a apresentar evidências dignas de reflexão. A importação directa de estuques orientais, chegados por via marítima, parece ainda mais fácil de aceitar que a de peças em pedra, se bem que esta última faceta do comércio mediterrânico esteja hoje por demais comprovada, como veremos adiante.

O PROBLEMA DAS IGREJAS EM MADEIRA

Uma questão bastante complexa diz respeito à existência ou não de edifícios eclesiais em madeira, apesar deste modo construtivo ser solução corrente ao longo de toda a Idade Média, tanto em habitats rurais, como urbanos. São frequentes as

²³ CABALLERO (2000), p. 219-225 e 243

²⁴ REAL (2000): cfr. fig. 5(a) com 5(h,k); fig. 5 (c) com 5 (i); fig. 5(e) com 5(g); fig.7(e) com 5(j,k)

alusões documentais a edifícios em materiais lenhosos, quer através da toponímia (“villa de Kabanones”, “villa Kapannellas”, “Cabanoso”), quer por intermédio de referências expressas a esse tipo de construções: “in villa que vocitant vilarino...casas mureas vel lineas”, em 1075 (DC 530). A arqueologia tem-nos revelado um pouco por toda a Europa, com a descoberta de aldeias inteiras, onde aparecem apenas fundos de cabanas, buracos de poste, lareiras e pouco mais. São de destacar, entre nós, as cuidadosas pesquisas de Catarina Tente na zona da Serra da Estrela (S. Gens, Penedo dos Mouros, Soida)²⁵. E não se deve ficar com a ideia de que as casas em madeira eram apenas apanágio das camadas mais pobres da população. No país Vasco, o projecto “Arqueologia das Aldeias” tem permitido observar a evolução deste tipo de comunidades entre os séculos VI e XI. As aldeias de Zaballa, Zornotzegi ou Aistra são hoje exemplos de referência sobre o modo de vida das populações alto-mediélicas. Em Aistra, particularmente, foi detectado todo um processo de desenvolvimento, a partir de um primeiro contexto de carácter doméstico, do séc. VI-VII. Na centúria imediata dá-se uma profunda renovação do povoado, com edifícios de maior envergadura, dispostos de modo a formar uma corte ou pátio comum. E um conjunto de indicadores levou à conclusão que, neste período, Aistra não era uma simples aldeia campesina, mas sim um “testimonio arqueológico de las elites rurales en la Alta Edad Media”, o primeiro desse tipo até agora conhecido. Em Zaballa já se havia pressentido certa diferenciação social entre as vivendas de dois sectores da aldeia. E irão ser essas mesmas elites, em Aistra, as responsáveis pela edificação da ermida de San Julián e Santa Basalisa, no séc. IX-X, a qual sobreviveu até aos nossos dias, como estrutura isolada em pedra, após o abandono da aldeia em pouco mais de um século²⁶.

O problema que se põe é se em território peninsular, nessa época, haveria também templos erguidos em estrutura de madeira. Estamos convictos de que assim sucederia, apesar de reconhecermos que faltam ainda evidências inquestionáveis. A tendência tem sido para considerar que, enquanto as casas de habitação poderiam ser de madeira, pelo seu carácter ligeiro e natureza privada, ao construir-se o templo, este seria desde logo erguido em pedra, na qualidade de centro de referência e elemento aglutinador da comunidade. No caso de Aistra só houve templo de alvenaria no séc. IX-X. A aldeia de cabanas foi abandonada na centúria imediata, restando de pé apenas a ermida de San Julián y Santa Basalisa. É de referir que a ocupação doméstica do séc. VI-VII está aí associada a um cemitério com túmulos providos de espólio ritual. O problema da existência de um templo anterior não é aflorada na memória descritiva da escavação, até porque, a terem existido evidências, estas poderiam ter sido destruídas quando da construção da ermida do século IX.

²⁵ Ver, por exemplo, em TENTE (2009)

²⁶ Consultar as *Memorias* de escavação no site: www.arqueologiadasaldeias.com

Outra questão de fundo se levanta, neste tipo de agrupamentos, e que se relaciona com a seguinte pergunta: a igreja é a origem ou um produto da aldeia? O tema é glosado por E. Alfaro Suescun, a propósito de San Martin de Agurain, igualmente no âmbito do programa acima referido, mas cremos que as duas situações poderão ser verdadeiras. Tal questão apresenta-se com muita acuidade, nomeadamente tendo em conta, entre nós, a grande proliferação de necrópoles com sepulturas abertas na rocha. É certo que existem muitos casos de sepulturas dispersas nos campos e que estão seguramente associadas a células de exploração mais pequenas, no âmbito da estrutura do casal, e onde a inumação de proprietários ou colonos era feita, isoladamente, junto à própria casa de habitação. A escolha de sepultura em campa de pedra, numa sociedade marcada pelo recurso extensivo ao habitat cabanal, tem um significado profundo, de respeito comunitário pelos despojos dos ancestrais e pela crença na perenidade da vida além-túmulo. Mas as grandes necrópoles de sepulturas rupestres, sem presença visível de qualquer templo, inclusive quando a toponímia deixa marcas de culto cristão (memória de eventuais oragos), levantam grandes suspeitas sobre a possibilidade de, uma parte delas, se ter desenvolvido em torno de capelas construídas de madeira e colmo. É certo que poderiam, em alternativa, ter existido templete em alvenaria, cuja implantação sobre superfícies graníticas possa ter levado ao arrasamento completo dessas estruturas. Todavia, a própria proliferação de “eclesias”, mencionadas em documentos deste período, por vezes até com várias igrejas dentro da mesma *villa* e sem deixar qualquer rasto, faz também reflectir sobre a eventual natureza efémera da sua arquitectura. O estudo das grandes necrópoles deverá pois ter em atenção todos os vestígios complementares, como buracos de poste e guias de assentamento de estruturas, algumas eventualmente em madeira. E pode até dar-se o caso de em solo terroso, na proximidade de afloramentos graníticos, vir a aparecer qualquer fundo de cabana que seja atribuível a um edifício religioso. Devido à pobreza do espólio fornecido nestes ambientes alto-medievais, a dificuldade está em que se consigam obter sinais inequívocos de natureza litúrgica, para além da orientação canónica dos edifícios. Mas não é de afastar liminarmente a hipótese, pela simples circunstância de não terem sido encontrados até ao momento sinais claros da sua existência. E, a provar o contrário, estão diversos achados do mesmo período, nomeadamente em França e em Itália, o que não deixa dúvida de que tais usos se estenderam, tanto à costa atlântica, como à bacia do Mediterrâneo²⁷.

²⁷ Não nos referimos à enorme série de igrejas ainda existentes no norte e leste da Europa, por constituírem um fenómeno de época tardo-medieval e moderna. Mas entroncam na mesma tradição, tendo sobrevivido graças às favoráveis condições climáticas para a conservação de estruturas em madeira.

Na Normandia (Portejoie) e na Picardia (Saleux) existem interessantes testemunhos dessa prática. De referir, no primeiro caso, que o templo em pedra só aparece no séc. XIII-XIV, sucedendo a uma pequena capela funerária que remontava á época merovíngia. Em Saleux, o processo de formação foi praticamente idêntico, num cemitério situado junto à aldeia de cabanas. Aí existia um túmulo privilegiado, inicialmente protegido por uma edícula em madeira. No século VIII surgiu a primeira igreja, construída no mesmo material, albergando o sarcófago e a edícula. E só entre os sécs. X-XI é que se constrói o templo cujas fundações são em pedra calcária²⁸.

Mais complexa, ainda, terá sido a evolução da igreja do castelo de Miranduolo, na região de Siena (Itália). Fundada num povoado do século VII, ela revelou seis fases de desenvolvimento, desde a origem até à décima terceira centúria. Como em Saleux, apenas na 2ª metade do século X ou princípio do seguinte, a aldeia promove a sua primeira igreja em pedra. Até então sucederam-se três templos, inteiramente construídos em material lenhoso. Dentro de um arco cronológico correspondente às três primeiras centúrias, os dois templos iniciais tinham planta de abside redonda e nave quase quadrada, diferindo apenas nas respectivas dimensões. Mas as diferenças são mínimas e a orientação é idêntica, levando a pensar numa reedificação forçada pelo estado de fragilidade da primeira igreja. O terceiro templo, embora mantendo as proporções do anterior, sofre um ligeiro desvio de orientação e a cabeceira passa a ser de planta rectangular, mais estreita que a nave. A escavação forneceu um dédalo de buracos de poste, que levou os arqueólogos à reconstituição acima mencionada. Porém, a análise da jazida apoiou-se ainda em outras evidências, bastante seguras, como se deprende na descrição da segunda fase: “La forma dell’abside circolare è bem visibile nella roccia dove si nota la piattaforma rocciosa tagliata sino alla base dell’altare in pietra piú tardo...Di essa fa parte anche una sorta di canaletta che in realtà nasce dall’espianto di pali in successione continua”²⁹. Em Itália, os arqueólogos estão a dar particular atenção a este tipo de arquitectura, durante a “primeira” Idade Média. É exemplo disso o seminário “*Chiese altomedievali di legno*”, que teve lugar em Siena, em Junho de 2011, organizado pelo Dipartimento di Archeologia e Storia delle Arti, da respectiva Universidade. Além do caso exemplar de Miranduolo, são importantes as conferências de Marina De Marchi e Hans Nothdurfter, onde se referem múltiplos exemplos no arco alpino³⁰. Esta mesma problemática fora abordada no ano anterior, por A. Chavarria, noutro seminário

²⁸ CATTEDDU (2004). Vd. tb. *Idem* (2009), p. 30, 48-49, 126-127, 156-157

²⁹ VALENTI, Marco – *Miranduolo (Chiusdino – SI). Campagna 2010*. “Fasti Online Documents & Research”, in www.fastionline.org/docs/FOLDER-it-2011-223.pdf

³⁰ As conferências encontram-se disponíveis em vídeo, no Youtube

que se realizou em Pádua, subordinado ao tema “*Indicatori, strumenti e interpretazioni archeologiche per una storia dell' alto medioevo*”. Na sua comunicação – “Le chiese altomedievali: indicatori e interpretazioni” – a autora faz diversas alusões a exemplos hispânicos em alvenaria. Contudo, mostra-se surpreendida por, até hoje, nas aldeias altomedievais escavadas em território peninsular, não terem sido encontradas igrejas construídas com materiais perecíveis. E deixa no ar a dúvida se as razões desta circunstância se prendem, na maior parte dos casos, com defeitos de pesquisa ou com a eventual reunião dos habitantes noutro local, para a prática do culto cristão³¹. Também aqui, julgamos que as duas situações são possíveis. Trata-se, sem dúvida, de uma realidade difícil de detectar, e só quando a questão ou o modelo se levanta perante os objectivos da investigação é que os arqueólogos começam a estar atentos a certo tipo de evidências. No caso português, apenas agora se começam a dar os primeiros passos na escavação de aldeias medievais, pelo que é de esperar importantes avanços nos tempos mais próximos. Mesmo assim, não devem escamotear-se as dificuldades levantadas por este novo desafio, já que em escavações recentes, bem atentas à realidade das aldeias de arquitectura efémera, os indícios de certas cabanas se limitam, por vezes, às zonas do fogo de cozinha.

Isto não quer dizer que, em Portugal, se desconhecesse que na alta Idade Média existiam, pelo menos, anexos monásticos integralmente em madeira. Tal foi revelado, por exemplo, nas escavações do convento S^a Marinha da Costa, relativamente ao período que precedeu a grande reforma do século X³². No entanto, o templo fora construído desde a origem em estrutura de alvenaria, como o demonstraram as duas fases anteriores, reportadas à época suevo-visigoda e ao tempo das primeiras presúrias astur-leonesas. Mas na parte meridional do complexo, eventualmente monástico (se bem que não seja de descartar uma precoce instalação senhorial, como acreditamos aí existir, pelo menos, em meados da décima centúria), encontram-se vestígios de potentes estruturas em madeira. Na realidade, foram detectados buracos de poste, de largo diâmetro e em disposição regular, que indiciam um ou vários edifícios anteriores à construção que viemos a identificar como o palácio dos condes portugalenses. A sua organização lembra vagamente, mas em maior escala, a solução encontrada no claustro da abadia merovíngia/carolíngia de Hamage, no norte de França. A tratar-se de elementos pertencentes a um único edifício – como deixamos indicado na planta que articula a modelação dos cinco negativos de poste encontrados³³ – então poderemos estar perante uma grande aula do século IX-X, já com funções de habitat aristocrático. Na realidade ela apresentaria uma

³¹ Esta conferência pode ser igualmente visualizada no Youtube

³² REAL (1985), p.7-30 e fig. 3

³³ *Idem*, fig. 9

planta e escala próximas às da jazida de *Ruelles* de Serris, escavada na Ile-de-France, podendo, nesse caso, ser já o primeiro assento condal, presumivelmente de data aproximada à doação da *villa* de Creixomil a H. Gonçalves e Mumadona, por Ramiro II. É de recordar que os condes aparecem ligados a Guimarães, quase um quarto de século antes da fundação do célebre mosteiro.

A EXPLORAÇÃO DAS PEDREIRAS

Esta matéria já foi abordada no início, ao falarmos da matéria-prima de proximidade. No entanto, impõem-se umas notas suplementares, pois o problema da exploração de pedreiras extravasa largamente o âmbito local. Conhecem-se algumas jazidas com vestígios de extracção na época romana, sendo talvez a mais interessante a da Herdade da Vigária (Vila Viçosa), por ter fornecido uma figura de togado, esculpida num dos cortes resultantes da extracção do mármore. A zona em que se integra seria um importante centro exportador. Paralelamente, têm sido efectuadas identificações de pedreiras para fornecimento de áreas bem mais restritas, como em Colaride (Sintra) ou na Geira, esta com sucessivas explorações à margem da via romana, para a produção dos marcos miliários e a primeira para fornecimento da construção do habitat local³⁴. É comum pensar-se que a generalidade das pedreiras teriam ficado inactivas com o final do Império. Todavia, num estudo recente, Michael Greenhalgh, contraria tal ideia: “the long accepted view that there was no quarrying for much of our period requires re-evaluation, especially in view of the overwhelming evidence that the Muslims did indeed quarry limestone and marble in both Syria and Spain”³⁵. No concelho de Abrantes foi escavada uma necrópole com sepulturas de época visigoda, no sítio da Pedreira (Rio de Moinhos)³⁶. Será que a população aqui inumada teve algo a ver com a exploração da dita pedreira em época pos-romana? Dificilmente o saberemos, mas alguns indicadores podem fazer crer que em São Brissos (Beja), tal prática pode ter continuado. Junto à Herdade do Monvestido, explora-se desde época romana um tipo de mármore escuro, de grão médio a grosseiro, com um forte venado cinzento e mistura irregular de brancos. Passava por aí uma variante da via que ligava Beja a Évora (por Alvito), tendo sido há alguns anos identificada uma necrópole, com materiais de várias épocas, na dita freguesia de São Brissos (Estr. Mun. 121, entre o Km 66/67). O orago da freguesia é atribuído a “um santo português semi-lendário”, cultuado na região de Beja e numa aldeia de Montemor-o-Novo. Segundo a tradição, teria nascido em Mértola e seria o

³⁴ ALARCÃO (1988); COELHO (2002); LEMOS-BAPTISTA (1996); REAL, Fernando (2008)

³⁵ GREENHALGH (2009), p. 138

³⁶ FERREIRA (1992)

segundo bispo de Évora, vindo a ser martirizado pelos romanos em 312. Não passará de uma lenda, mas pode S. Brissos representar a corruptela do nome do santo moçárabe Veríssimo, venerado a partir de Lisboa. É de admitir que a referida comunidade alentejana possa ter continuado a explorar as suas pedreiras. Fica a merecer estudo mais aprofundado o conjunto de peças alto-medievais lavradas no chamado “mármore” ou “calcário fétido” de São Brissos: Beja, Vera Cruz de Marmelar, Alfundão, Monte Roxo, Sines, etc. E, do lado de espanhol, Badajoz, Almendral, etc. Embora sem considerar propriamente o problema da sobrevivência da actividade das pedreiras para além do séc. VIII, Maria Cruz Villalon abre a porta a essa possibilidade a propósito da escultura de Badajoz. De facto, existem aí dois grupos de peças, que se distinguem, não apenas pelo tipo de mármore utilizado, mas também pelo seu estilo decorativo. O núcleo mais antigo, em boa parte com afinidades à produção visigoda de Mérida, usa um mármore fino de cor esbranquiçada “que ya estaría en parte seleccionado previamente, como demuestra la reutilización que manifesta una de las pilastras de Badajoz en cuya parte posterior se aprecian claramente lo pliegues presumiblemente de un togado romano”. Um outro conjunto, seguramente mais tardio, usa a pedra da região de Beja e apresenta estreitas relações com a produção das oficinas moçárabes desta última cidade e arredores³⁷. Será importante uma análise sistemática destas peças – menos eruditas, com um gosto acentuado pelo geometrismo e pelo talhe em bisel – em Badajoz e nos demais centros artísticos, para verificar se apresentam ou não indícios de reaproveitamento de materiais romanos. O facto de muitas delas se relacionarem com pilares e pilastras de grandes dimensões (fig. 7a), favorece a ideia de renovação da colheita directamente na canteira. Mas é assunto que fica em aberto.

A administração das pedreiras era tendencialmente efectuada pela coroa, assim como pela elite senhorial e eclesiástica. Embora não conheçamos detalhes para época tão recuada, a toponímia e os documentos dão-nos informação disso para a Idade Média: Valinho do Rei e Reguengo do Fetal (Batalha); Pedreira d’el Rei (Portunhos). Os bispos de Coimbra eram senhores da Pedrulha. E os monjes de Santa Cruz adquiriram em 1159 uma pedreira, em Montarroio, “que fuerat vinea”. Na alta coimbrã existiram várias pedreiras, assim como na margem esquerda do Mondego, onde uma delas já em 1175 era designada “petraria vetula” ou velha³⁸. O monte Pedral, na cidade do Porto, donde o Bispo e Cabido ao longo de séculos extraíram material para as suas obras, já é referido no foral de 1123, como o “montem qui vocatur Pedemula”. Será que este nome resulta de uma deturpação do escriba a partir de algo como “petra molae”, ou seja, designando uma pedreira já antiga, onde se produziam pedras de mó? Também em Lisboa existiram explo-

³⁷ CRUZ (1995), p. 341; (2003), p. 260-262

³⁸ ALARCÃO (2008)

rações presumivelmente muito arcaicas, como o “campo da pedreira” em Alfama ou a “pedreira dos Frades” no Alto do Pina. Particularmente interessantes são as informações alusivas à pedreira que existia no morro onde se veio a implantar o convento do Carmo. O cronista Fernão Lopes a ela se refere e sabe-se que fora doada por D. Dinis ao avô do almirante Carlos Peçano. Daí que ao monte da pedreira chamavam, na altura, o cerro do Almirante. Nas suas imediações, segundo documentação antiga³⁹, ficava a Rua dos Asturãos (1330) ou Esturões (1371), o que leva a pensar numa ocupação porventura alto-medieval. Na verdade, Lisboa aparece por mais que uma vez ligada com memórias asturianas, desde a célebre investida de Afonso II, em 798, até à tradição da vinda de relíquias de Santo Adrião para o mosteiro de Chelas, que assim as partilharia com a igreja de Tuñon, nas Astúrias.

A confirmarem-se explorações durante a alta Idade Média, não se pode daí concluir que estivessem muito expandidas, pois foi uma época em que se privilegiou a reutilização massiva de materiais de espólio. Se é certo que até ao século XII, em rigor, não poderemos considerar as pedreiras completamente inactivas, a verdade é que, só com o advento da construção românica a extracção se intensificará, continuando algumas canteiras em uso como até aí, sendo outras recuperadas e, por fim, abrindo-se novas frentes sempre que o lugar e a aplicação assim o justificassem.

A REUTILIZAÇÃO DE MATERIAIS ANTIGOS

O início da chamada “Idade Média” veio a corresponder a um período de dissolução da grandeza imperial de Roma, mas a imagem desta continuou presente aos olhos do Homem medieval, através da monumentalidade das suas ruínas. Se por um lado induziam sentimentos de nostalgia, elas acabariam por dar uma dupla contribuição, ora transformando-se em fonte inesgotável de matéria-prima para construção, ora exibindo-se como fonte de conhecimento da arte de bem construir. Ambas as situações, aliadas à emergência do fascínio imperial no seio das cortes, tanto orientais como europeias, levaram à progressiva recuperação de formas e de técnicas, proporcionando novas sínteses e a paulatina consciência do brilho da cultura clássica. Foi um processo lento, que acompanhou o desenvolvimento da Cristandade e a premência sentida pela Igreja (tal como pelo Islão) de disseminar os seus lugares de culto. Naturalmente, tal movimento foi seguido de perto pelos centros laicos do poder, os quais se foram afirmando como motores de progresso, em aliança com a hierarquia eclesiástica.

Embora se procurem várias explicações para a reutilização de materiais antigos – algumas até de carácter simbólico e ideológico – deve antes de mais sublinhar-se

³⁹ COSTA (1991), p. 54-56

que já os próprios romanos o faziam, a mais das vezes por razões economicistas. Isso mesmo se constata ao descobrir a cadeia de reutilizações para uma mesma peça, ao longo do tempo. O que é importante reter é que, a par da recolha espontânea e limitada, pelo simples motivo de existirem perto materiais de fácil apropriação, “dans la plupart des cas, ce phénomène n’a pas été spontané et incontrôlé, mais se présentait comme une affaire gérée et exploitée par les classes dirigeantes”⁴⁰. Em Roma, junto à via Flamínia, foram encontradas verdadeiras oficinas de decomposição de mausoléus antigos, associadas a uma estrutura produtiva de cal⁴¹. E, no dizer de Daniela Esposito, era a demolição ou desconstrução que – acidental ou voluntariamente – alimentava em matéria-prima muitas das oficinas medievais: “c’est elle qui, bien loin du vandalisme aveugle à laquelle elle est souvent réduite, qui est à la base de la pratique bien attestée du réemploi”⁴².

Tratava-se, pois, de uma prática recorrente e que era assumida com consciência e naturalidade. Assim se pode interpretar a frase “ecclesia quadris lapidibus antiquitus edificata”, a respeito de S. Pedro de Lourosa, na doação que D. Teresa faz desta igreja à Sé de Coimbra (LP – 300). O recurso a peças de edifícios desmontados constituiu um factor económico e social a ter em conta, pois não apenas podia preencher eventuais falhas de matéria-prima, como embaratecia a sua pesquisa, transporte e aplicação em obra. Assim a basílica de Lourosa terá sido construída a partir de materiais oriundos das ruínas da *civitas* de Bobadela, sita a escassos 6 Km. Não são justificadas dúvidas a esse respeito, surgidas mais pelo desconhecimento da frequência de práticas do género e pela inexplicável desconfiança quanto à mobilidade e à capacidade de meios de transporte pelo homem alto-medieval⁴³. A construção da igreja da Capinha (Fundão), por exemplo, terá sido igualmente abastecida a partir de outra oficina de desmontagem. Mas nem sempre ocorreram situações com o carácter sistemático que estas duas apresentam. Nomeadamente em meios pobres, pode observar-se apenas o aproveitamento de um ou outro material de ocasião, encontrado nas proximidades ou transportado isoladamente.

O fenómeno dos espólios de edifícios durante a alta Idade Média foi objecto de cuidadas análises, entre outros, por L. Caballero Zoreda e I. Bango Torviso. No primeiro caso, em colaboração com J. Sanchez Santos, foi dada uma particular ênfase à transformação de aras romanas em pés de altar cristãos, prática muito difundida

⁴⁰ Veja-se o programa do recente colóquio sobre “Histoire de la Construction”, do LAMOP, Paris, Jan. 2011: comunicação de Riccardo S. Valenzani sobre *La ville parasite: démontage et construction dans la Rome du haut Moyen Âge (IV-Xe siècle)*: lamop.univ-paris1.fr/IMG/pdf/16_mai.pdf

⁴¹ Idem: Daniela Rossi et alii – *Monuments comme carrières: un chantier de démantèlement dans la banlieue de Rome*

⁴² Idem: Daniela Esposito – *La déconstruction en images*

⁴³ FERNANDES, L. (2008), p. 260

na época. Embora admitindo causas meramente utilitárias, chama-se a atenção para razões de natureza religiosa, tanto teológicas e litúrgicas, como simbólicas, nomeadamente de afirmação – “cuási mágica” – da vitória sobre a idolatria pagã⁴⁴. Já Bango Torviso aborda o tema das igrejas abandonadas, que a documentação dos séculos IX e X deixa entrever em número considerável. Para este autor, existiam três factores determinantes para o aproveitamento das velhas fábricas monumentais, com que se depararam os presores astur-leoneses: “el prestigio de lo hispano-godo como referente; la utilidad funcional de las estructuras templárias; y la economia de médios dada la precaridad económica del momento”⁴⁵.

Sem pôr em causa que o móbil de uma reutilização possa, em certa medida, resultar de factores ideológicos ou psicológicos, o que parece mais determinante é a sua utilidade, enquanto tal. Mas também se é certo que, muitas das vezes, a aplicação dos materiais é pouco ordenada e depois escondida sob reboco, outras há em que se constata um especial cuidado na exibição de uma ou outra peça, seja pela sua rara beleza – talvez o caso da lápide de S^a Maria de Almacave, em Lamego – seja pelo seu eventual significado para a população local, como pode ter acontecido com o “terminus Augustalis” de S. Pedro de Balsemão.

A respeito do aproveitamento de peças antigas, acrescentaremos ainda duas observações. Em primeiro lugar, há que estar atento a que a reutilização não se dá apenas com materiais nobres e silhares de porte médio ou superior. No povoado de Diego Álvaro (Ávila) ou no Cerro de la Virgen del Castillo (Segóvia), por exemplo, foram descobertas piçarras visigodas epigrafadas, a servir de elemento de construção em habitats de contexto tardo antigo e emiral, no telhado ou pavimento das casas. Constatou-se que os próprios habitantes chegaram a reaproveitar este tipo de peças, com textos de uso quotidiano, logo a partir do momento em que tais registos deixaram de ter utilidade funcional⁴⁶. Outro aspecto a considerar é o da tão natural – e frequente – reutilização de madeiras em novos edifícios. A documentação medieval está cheia de alusões a este tipo de prática, como até no caso dos madeiramentos de uma latrina, mandada desfazer junto à muralha da cidade do Porto, e cujo reencaminhamento foi zelosamente acautelado pela municipalidade. Sobretudo quando a matéria-prima é de boa qualidade e o seu uso se deu em perfeitas condições de conservação, pode acontecer que estas peças sejam já centenárias no momento da sua reutilização. Esta realidade deve-nos, por conseguinte, manter atentos para os resultados de datações de dendrocronologia ou pelo método do C14. Embora sejam instrumentos susceptíveis de contribuir

⁴⁴ CABALLERO-SANCHEZ (1990)

⁴⁵ BANGO (2008), p.14

⁴⁶ URBINA (2002); VELÁSQUEZ (1989)

para o esclarecimento de certas datações em monumentos deste período, há que manter alguma reserva sobre a genuína antiguidade dos mesmos, pois pode ser ilusória a convivência de madeiramentos colhidos muito anteriormente à data de construção do edifício em análise. A prova disso é que em certos achados de arqueologia subaquática têm sido efectuadas datações muito díspares em madeiras do mesmo barco.

A IMPORTAÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA

Quando se decidiu reedificar a basílica de Santiago de Compostela (c. 872-899), o rei Afonso Magno procedeu à importação de uma grande quantidade de materiais, provenientes de terra de mouros: “*in sanctus locum ex Hispania inter agmina maurorum, quae eiecimus de ciuitate Eabecae petras marmoreas*”. Entre elas, a Acta de Consagração cita seis colunas com as suas bases, que foram colocadas sob a abóbada da tribuna; outras colunas esculpidas, que ficaram defronte do pórtico; silhares (*quadros*); uma soleira ou lajes de pavimento (*calcem*); dezoito colunas e outros colunelos de mármore. Este carregamento veio por mar, tendo passado pela cidade do Porto: “*de oppido portucalense ratibus deportatas adduximus... marmoreis simili modo nauigio*”. No morro da Sé do Porto foram encontrados quatro portentosos elementos de fuste (fig. 7b), dois dos quais desapareceram⁴⁷. Não há dúvida que constituem material importado, pois são em mármore ou calcite – “calcário (quase metamorfozizado)”⁴⁸ – inexistente na região. Quem sabe se não constituem, eles também, uma parte dos despojos que na alta Idade Média forneciam matéria-prima para certas construções no norte de Portugal e Galiza? Relativamente “Eabeca”, cidade que é citada como fonte do espólio levado para Compostela, tem sido difícil de identificar, havendo várias propostas (Porto, Auca, Betaca, Coimbra, Viseu). A hipótese mais interessante foi apresentada por López Pereira, que aduz a possibilidade de Eabeca (desconhecida), ser a deturpação do nome da cidade lusitana de Cauria (Cória), em correspondência com a actividade guerreira de Afonso III, por essa época⁴⁹. A algará sobre Cória ter-se-ia transformado num acto de afirmação guerreira, com a apropriação, entre outros despojos, de restos arquitectónicos de edifícios romanos (“*pulcras domos*”), que os árabes deixaram cair em ruína (“*quae ab inimici destructae manebant*”). A ser correcta a identificação da cidade, tem de se colocar a hipótese de os despojos, na maior parte do percurso, terem sido transportados por via fluvial e marítima, descendo

⁴⁷ BRANDÃO (1984), p. 17-18

⁴⁸ No dizer do autor supra

⁴⁹ LÓPEZ (1993)

o curso do Tejo e seguindo, por cabotagem, até à Galiza. Este rio, ainda no tempo da dinastia filipina era navegável até Toledo, servindo inclusive a importação dos mármore de Estremoz⁵⁰. Tratava-se de uma tradição que remonta à época romana e, ao longo das margens, ainda se podem encontrar trechos dos muros da sirga, técnica estreitamente associada à navegação fluvial. O transporte dos mármore para o “*sanctus locum*” de Santiago de Compostela, devido à sua quantidade, foi feito em várias embarcações: “*ratibus*” (no plural).

Não deve causar estranheza o recurso a esta estratégia de transporte, em tempos de Afonso III. Partindo do princípio de que a identificação de Cória está correcta, há que ter em conta a existência de importantes comunidades moçárabes em Santarém e Lisboa, o que, por si só, era uma garantia de apoio. Isto, sem ter ainda em conta a relativa facilidade de comunicação que quase sempre houve entre as populações de ambos os lados da fronteira. Por outro lado, contrariamente ao que a historiografia tradicional nos vinha ensinando, a imagem do mundo altomedieval deve ser corrigida, pois começam a surgir demasiadas evidências de uma sociedade dotada de “*circulations et de courants commerciaux organisés, tant à l’ échelon local que regional, composé de bateaux à forte capacité de charge et de construction de qualité*”⁵¹. De facto, têm-se detectado sistemas de comunicação assentes em complexas redes, que conjugam a circulação viária – os carros de transporte e as bestas de carga estariam muito difundidos – com a navegação fluvial e a cabotagem oceânica. A citada autora tem em mente achados recentes, sobretudo em território francês. Todavia, tal não deveria ser muito diferente na Península Ibérica, mesmo que em escalas diversas, de acordo com o lugar e a conjuntura do momento. Na Europa altomedieval a navegabilidade dos rios foi intensamente servida pela *piroga monóxila*. Mas também as havia no mar, sendo as mais robustas geminadas ou polixilas. Podiam atingir os quinze metros e ter capacidade de transporte até às dez toneladas. Só em Portugal, apareceram já sete dessas pirogas, duas no século XIX, a norte de Peniche e no rio Mira, e cinco no rio Lima. As datações de C14 oscilaram entre os séculos VIII e XI⁵². Além disso, há que ter em conta a existência de outros tipos de embarcação, com calado alto e casco em arquitectura de tábuas, mais adaptadas a sulcar as águas oceânicas. Até há poucos anos, apenas se falava nas esquadras vikings e se apresentavam exemplos da construção naval islâmica, que no atlântico, diz-se, só será verdadeiramente expressiva a partir do séc. X, como reacção às investidas dos povos do norte. Todavia, há que ter em conta uma terceira componente, conhecida a partir do achado dos restos de uma *coca* do séc. VII, no

⁵⁰ GIL (2008), p. 8-10

⁵¹ CATTEDU (2009), p.115

⁵² ALVES *et alii* (2005), p. 10-11; ALVES-RIETH (2007), p. 43

sítio fluvial de Port Berteau II (Charente), que se estima ser originária da região de Aunis-Saintonge⁵³. Tal descoberta, recuando quase cinco séculos o aparecimento desta forma de arquitectura de embarcações, no aro atlântico de influência cristã – em conjugação com os dados acima referidos – deixa margem para contextualizar a muito divulgada empresa levada a cabo pelo rei Afonso Magno. Mais não é do que um continuar da tradição das “*naves lapidariae*” romanas, referidas por autores greco-latinos, como Estrabão ou Plínio, e que a arqueologia mediterrânea não cessa de revelar. Só a costa da Sicília já forneceu nove destroços submersos destas embarcações, que podiam chegar a uma capacidade de carga da ordem das 100 a 300 toneladas. Esta prática foi continuada por bizantinos e árabes, como se depreende, entre outros, pelo relato de al-Makkari, segundo o qual teriam chegado a Madinat al-Zahra 40 colunas, supostamente oferecidas pelo Imperador de Bizâncio, além de outras vindas de Roma e 19 chegadas da “terra dos francos”, talvez Narbona. Também Ibn Idhari informa que em Córdoba aportou muita quantidade de mármore verde e vermelho, proveniente de Cartago, Sfax e outras localidades africanas⁵⁴.

No interior da Hispânia, teriam sido muitos os centros de exportação de material arquitectónico para reciclar. Nesse sentido, o emir de Córdoba ‘Abd al-Rahman II (822-852) – segundo Isa ibn Ahmad al Razi, referido por Ibn Hayyan – “fue el primero que hizo fastuosos edificios y cumplidos alcázares, *utilizando avanzada maquinaria y revolviendo las comarcas en busca de columnas*”⁵⁵. Também no occidente peninsular os condes portucalenses terão promovido a importação de matéria-prima exótica, como se verifica em S. Frutuoso de Montélios e S. Torcato⁵⁶. Principalmente no primeiro caso, chama a atenção a “floresta” de colunas que outrora animava o seu interior, as quais, pelos exemplares que restam *in situ*, mostram ser fruto de uma adaptação forçada às dimensões exigidas pelo edifício. E se é certo que têm aparecido em Bracara Augusta pedras trabalhadas em mármore – aparentemente diversas da tipologia e módulo das colunas de São Frutuoso – a verdade é que a cidade romana ainda não ofereceu escultura arquitectónica em calcário (este apenas aparece nas tesselas de mosaico), material que abunda em Montélios e reaparece nos fins do séc. XI no sarcófago de Dume. Entre as pedras avulsas que enxameiam em redor do mausoléu de São Frutuoso, descobertas durante o restauro do monumento, existem peças claramente reaproveitadas, desde antigas aras romanas, a restos de capitéis (fig. 6b), de impostas (fig. 2b) e até de inscrições (fig. 2c). Quando o material calcário se terá acabado ou a grandeza da peça era

⁵³ CATTEDU (2009), p. 111

⁵⁴ GREENHALGH (2009), p. 306

⁵⁵ Sobre este problema dos *spolia* veja-se CORREIA (2010), p. 220-221

⁵⁶ REAL (2007), p. 155-164 e figs. 5, 85-97

incompatível com a dimensão do material de espólio ainda disponível, passou-se a usar o granito (fig. 2d). Em estudo anterior, apresentamos ainda uma fotografia do momento da descoberta de uma grande imposta em granito, que hoje se conserva colocada no exterior do templo, copiando a decoração da maioria dos frisos em calcário (Real – 2007, fig. 89).

O Engº L. Albuquerque e Castro promoveu a análise química da pedra calcária de São Frutuoso, tendo chegado à conclusão que poderá ser oriunda de pedreiras da região de Ançã, mais concretamente de Portunhos ou Pedrulha⁵⁷. É, pois, muito provável que a importação destes materiais tenha sido facilitada pela presúria de Coimbra (878). Tal “encomenda” pode ter chegado por terra, já que as peças não seriam muito grandes, ou por barco desde a foz do Mondego até ao rio Cavado, nas proximidades da freguesia de Real. E esta constatação pode revestir-se de grande importância, simultaneamente, para o reconhecimento da verdadeira escultura de Coimbra no período suevo-visigodo, já que aquela que é normalmente invocada, a partir de achados locais, não pode ser anterior ao séc. VIII-IX. Na verdade, o grande capitel de pilastra, que fora seccionado a meio e reesculpido na face posterior (fig.6b), além de possuir uma estrutura vegetalista próxima de um capitel de Mérida, datado do séc. IV – e de outros, talvez um pouco posteriores, encontrados região de Braga-Guimarães – exhibe um engenhoso entrelaçado na parte superior, que lembra o motivo existente no reverso das *siliquae* de Requiário (448-456). Na igreja de São Torcato, nos arredores de Guimarães e muito ligada à corte condal de Portucale, também aparecem frisos, vieiras e arcos geminados em calcário de importação, tendo uma das pedras de friso, no face posterior, a marca do reaproveitamento de um ajimez completamente liso (Real 2007 – fig. 96c). Outros casos se poderiam ainda citar, como a rica colecção do Museu de Sines, onde haverá peças oriundas das vizinhas ruínas de Miróbriga, mas em que boa parte delas pode ter sido importada directamente dos arredores de Beja, desta feita por via terrestre.

TÉCNICAS DE REAPROVEITAMENTO

São frequentes os exemplos em que se assentam os silhares ou pedras lavradas, sem especial cuidado de regularizar a superfície dos paramentos. Isto não significa necessariamente que fosse má construção. Regra geral, era porque as imperfeições daí resultantes ficariam disfarçadas por uma grossa camada de reboco. É o que se constata na 1ª fase da basílica de Dume⁵⁸, na abside sul, onde se pode observar uma camada de revestimento, que ficou protegida pela segunda construção, que

⁵⁷ CASTRO (1965)

⁵⁸ FONTES (1992); ID. (2006), il. p. 20

a ela encostou pelo lado externo. Noutras ocasiões, como em Idanha-a-Velha, empilharam-se bons silhares até a alvenaria escassear na ruína em desmontagem e, depois, passou-se a utilizar pedra de pior qualidade. A argamassa exterior, aqui quase integralmente desaparecida, viria a camuflar a desorganização do aparelho construtivo (fig. 1b). Entretanto, nalguns edifícios – como a já referida igreja da Capinha, que parece ser a reconstrução *a fundamentis* no séc IX-X, de um templo anterior, associado à necrópole visigoda⁵⁹ – existe uma intencional diferença no modo de tratar o aparelho nas duas faces do mesmo muro. Ele é muito mais cuidado no exterior, com a intenção de não levar reboco, o que não acontece nas paredes internas do templo, destinadas a ficar cobertas. Esta circunstância demonstra, não apenas uma atitude deliberada na escolha do tipo de acabamento, mas também a existência de uma reaprendizagem e completo domínio no modo de trabalhar a pedra. Evolução esta que, na região das Beiras, parece estar a acontecer entre os finais do séc. IX e meados do séc. X, e de que encontramos testemunho em Lourosa e Balsemão.

A basílica de São Pedro de Lourosa, como dissemos, é edificada através da reutilização de inúmero material carreado da vizinha Bobadela. Já assim o defendera Jorge Alarcão⁶⁰, o que motivou, sem fundamento, à desconfiança de Lídia Fernandes ao estudar a ordem toscana na Lusitânia ocidental. Esta autora aborda especificamente o caso de Lourosa, onde, além de capitéis romanos, é evidente o reaproveitamento de silhares, aras (são pelo menos quatro), frisos, fustes e monumentos funerários. Limita a deixar a hipótese da proveniência de algum templo rural outrora existente nas imediações, por desconfiança da capacidade de transporte de tais pedras desde pouco mais de uma légua (!), a distância que separa a antiga *civitas* romana da basílica de Lourosa. Ora, é a mesma investigadora que, partindo da análise tipológica dos capitéis em granito (toscanos e jónicos) e das bases áticas, aparecidos em várias localidades, chega à conclusão de que o conjunto Bobadela-Lourosa é dos mais numerosos, só superado por Ammaia. Mas ao contrário desta, Bobadela e Lourosa coincidem na ausência de qualquer capitel jónico. Além do mais, foram levados para Lourosa 12 capitéis e 5 bases, o que supera largamente o número de exemplares até hoje localizados em Bobadela: apenas 8 capitéis toscanos⁶¹. Esta desproporção, que mostra bastante menos exemplares na sede da *civitas*, pode até dar ideia de uma possível consequência da espoliação intensiva a que as suas ruínas estiveram sujeitas.

⁵⁹ ALBUQUERQUE-SANTOS (2007)

⁶⁰ ALARCÃO (2003), p. 172-173. O autor atribui a autoria da exploração das ruínas ao conde Diego Fernandes, o que, em nosso entender, não andarão longe da verdade. Lourosa é, seguramente, uma fundação da elite galaico-asturiana que se instalou em fins do séc. IX, na terra de Lafões.

⁶¹ FERNANDES, L. (2008), p. 238 e 242

Em oposição à ideia de reutilização, pelo menos parcialmente, parece estar C. A. Ferreira de Almeida que, depois de apontar as características “moçárabes” do monumento, afirmou: «menos vulgar, nesta época, foi o revivalismo da “silheria almofadada”, que vemos exuberantemente na igreja de Lourosa da Serra e tem sido considerada, erradamente, como romana»⁶². Já Paulo Almeida Fernandes, a nosso ver com razão, integra “o projecto original de Lourosa no mundo asturiano”⁶³. Mais focado nos aspectos estilísticos, deixa um pouco de lado a problemática do material de espólio. No entanto, coloca acento num aspecto extremamente relevante – coincidindo com o nosso ponto de vista e trabalhando-o de modo mais desenvolvido – que é o pendor classicista da arquitectura de S. Pedro de Lourosa⁶⁴, o qual se cruza com os recursos então disponíveis em estaleiro de obra. Em nosso entender, isso fica a dever-se a um sentido estético que começa a expandir-se na época⁶⁵, mas, em grande parte, também devido à proximidade dos modelos e à aprendizagem desenvolvida através da sua reutilização. Não se tratava de uma mera reposição de pedras ornamentais, mas antes da sua adaptação aos novos programas. E esta progressiva renovação do conhecimento, no trabalho da pedra e em outras artes subsidiárias, vai ter consequências decisivas, abrindo novos caminhos. Em S. Pedro de Lourosa isso é particularmente evidente. Ficamos a aguardar os resultados definitivos do estudo de arqueologia de arquitectura aí levados a efeito pelo CSIC, sob a direcção de M. A. Utrero Agudo e no qual tivemos o gosto de participar. No entanto, na perspectiva das técnicas de reaproveitamento, adiantaremos algumas observações que aí temos vindo a fazer, de há bastantes anos a esta parte. No Boletim da DGEMN vem uma fotografia que, por muito tempo, considerávamos intrigante. Ela reproduz um pseudo-almofadado nas aduelas de dois dos arcos longitudinais que separam a nave central da setentrional (fig. 9a). Na realidade, são apenas aduelas retocadas nas orlas, à espera do desbaste final. Daí resulta um simulacro de “almofadado”, que aparenta grandes irregularidades de espessura, devido às características de cada silhar antes de sofrer o referido desbaste. Esta mesma situação se encontra na face interna do arco de acesso à capela-mor de Balsemão – a parte mais genuína do monumento, que foi muito transfigurado na época moderna – igreja que pertence igualmente ao grupo galaico-asturiano da Beira Alta (fig. 9b). Nalgumas das aduelas chega a ser quase imperceptível, pelas diferenças de espessura dos vários silhares, relativamente ao plano que limita o arco. Mas a técnica é exactamente a mesma. Na parte superior do muro divisorio

⁶² ALMEIDA, C. A. F. (1986), p.144

⁶³ FERNANDES, P. A. (2008), p. 35

⁶⁴ FERNANDES, P. A. (2005), 294-297; cfr. ainda REAL (1995), p. 65-67 e figs. 38,39, 42; (2006), p. 106-111

⁶⁵ Veja-se, por exemplo, CID PRIEGO (1996-97)

a que nos vimos referindo, em Lourosa, existem mais vestígios de desbaste da própria parede, o que testemunha que a obra ficou inacabada do lado norte (o menos visível pelos fiéis que assistiam ao culto, tal como o interior da abside de Balsemão). Nas primeiras fiadas de silhares, em diferentes pontos da basílica de Lourosa, aparecem vestígios do reaproveitamento de muitas pedras ditas “almofadadas”. Algumas apresentam sulcos na almofada, ora paralelos, ora losanguiiformes. Um bom exemplo é o silhar inferior do cunhal sudoeste do transepto, que foi preservado pelos restauros no seu sítio original (Bol. da DGEMN, fig. 22). Esta era a técnica usada pelos canteiros, para ir desfazendo o aparelho rústico e adaptar os silhares ao efeito que se pretendia, por vezes no sentido do aparelho isódomo, cada vez mais perfeito, de juntas secas e superfícies lisas. Podem encontrar-se múltiplos exemplos do que acaba de se referir, em outros locais pré-românicos ou até posteriores⁶⁶. Não são propriamente pedras decorativas, como às vezes se afirma, mas sim elementos residuais, abandonados a meio do trabalho, por falta de tempo ou esquecimento. Um bom exemplo é o da igreja proto-românica de S. Pedro de Lomar (Braga), onde restam dois silhares nesta situação. Num dos casos, vê-se nitidamente a fase em que foi interrompido o desbaste do canteiro (fig. 8b). Na realidade, não se tratava apenas do reaproveitamento da pedra que se retirou de ruína antiga, mas antes da sua reelaboração. Por vezes, esta passava pelo retalhamento de molduras ou pedras esquadriadas, para os adaptar à dimensão exigida no local de assentamento. Tal deveria ter ocorrido também com as molduras clássicas usadas nas cornijas e frontões, que se vêem em S. Frutuoso e de que há vestígios na basílica de Lourosa. Não é de pôr de lado a possibilidade de algumas destas peças serem esculpidas *ex-novo*, para preencher uma ou outra lacuna, mas regra geral havia grande mestria na reutilização de pedras já lavradas. Um exemplo do retalhe de um silhar almofadado, para fazer uma nova moldura de imposta, deixando parte da almofada nas costas da pedra de novo esculpida, encontramos numa das peças avulsas dispersas em redor da própria igreja de Lourosa (fig. 8c).

Não colocamos de lado a hipótese de, na fase mais antiga de Lourosa, ter sido abandonada a ideia de concluir o alisamento dos silhares almofadados. É sabido que os grosseiros capitéis toscanos e jónicos, em granito, eram trabalhados sumariamente pelos romanos, para serem, por vezes, recobertos a estuque⁶⁷. E numa das zonas que se conservam algumas das pedras mais grosseiras, no ângulo NE da nave sul, existem restos de estuque. Não sabemos a que época corresponderá este

⁶⁶ ALMEIDA, C. A. B. (1992), p. 490, Est. IV,2. No presente colóquio, Jorge Ribeiro e Manuela Martins apresentaram um exemplar encontrado nas escavações da zona das Carvalheiras, em Braga, mas desconhecemos o seu posicionamento estratigráfico. Confirmada a sua antiguidade, poderemos ter aqui um bom exemplo do recurso à mesma técnica, já pelos romanos, com vista a uma qualquer adaptação para novo uso.

⁶⁷ FERNANDES, L. (2008), p. 233

troço de revestimento, mas o que mais importa é a constatação de que, acima dos arcos em ferradura que separam as naves, os paramentos de muro são exímios na utilização do aparelho isódomo, de junta seca. Isto terá coincido com a chegada de uma nova equipa, mais bem apetrechada tecnicamente e de origem meridional, como o demonstram as arcaturas de cornija. Subsistem vários fragmentos, que muito se aproximam do friso que remata a torre-lanterna de Montélios, assim como de certos frisos dos alminares das mesquitas islâmicas⁶⁸. Trata-se de um processo evolutivo exactamente paralelo ao de São Salvador de Valdedios, em cuja 2ª fase se introduz um aparelho de qualidade muito superior, coincidindo, ao mesmo tempo, com a introdução de temas decorativos provenientes do al-Andalus.

Está-se claramente a caminho da estética românica, que, nesta fase, encontra o princípio da sua estruturação. No norte do país encontramos duas igrejas concluídas em estilo românico, mas que podem ter sido iniciadas anteriormente. A estratigrafia das primeiras fases construtivas demonstra claramente uma evolução na aprendizagem. Referimo-nos às igrejas de S. Tiago da Adeganha (Mogadouro)⁶⁹ e de S. Pedro de Varais (Caminha). A sua construção inicia-se com alvenaria irregular, mas a parte superior das absides já utiliza o aparelho de silharia perfeitamente esquadriada. Isto não é mera consequência da falta de meios económicos, mas antes o resultado do funcionamento do mercado de trabalho e da sua natural evolução. Onde se poderá pensar numa voluntária economia de meios, mas não por falta de capacidade técnica, é nas situações em que se considerava ser o acabamento menos exigente. Será o caso de certa arquitectura militar, como no castelo de Trancoso, já documentado no séc. X (fig. 8a). Aí, o aparelho rústico é corrigido apenas na porta de acesso, colocada a um nível intermédio do alçado. Pelo modo como os silhares estão organizados, constata-se que o alisamento da pedra foi obtido já com esta assente em obra.

Concluindo, a aplicação dos materiais na construção pressupõe uma fileira de procedimentos, que começava na colheita – em pedreira, saibreira, floresta, etc. ou na desmontagem para reutilização – e prosseguia com o transporte, a transacção comercial (em certas circunstâncias), a preparação em estaleiro, a montagem e o acabamento. Na alta Idade Média ter-se-á privilegiado a recuperação de materiais provenientes de espólio. Esta operação não apenas facilitou a aquisição e a aplicação dos componentes da obra. Ela foi igualmente instrumento de reaprendizagem técnica e de depuração do gosto estético.

Com o tempo e dada a intensidade construtiva, foi-se diminuindo o recurso aos espólios, se bem que não totalmente. É também uma fase de reinterpretção

⁶⁸ REAL (1995), p. 44

⁶⁹ Neste caso fomos alertado por Paulo Almeida Fernandes, a quem agradecemos

de modelos, como brilhantemente o demonstrou Serafín Moralejo no domínio da própria iconografia⁷⁰. Abordando o problema dos *spolia*, numa perspectiva próxima da nossa, J. A. Morais Moran sintetiza do seguinte modo esta evolução: “La edificación anterior al año mil cuenta en *Hispania* con una nómina densa, mucho mayor que la presente dentro del catálogo de piezas expoliadas asumidas en la arquitectura propiamente romanica... El romanico presenta una adhesión a la tradición antigua más intensamente metabolizada y en la que primará la reapropiación intelectual y la reinterpretación de los motivos artísticos y arquitectónicos romanos. Um fenómeno definido por la historiografía como *spolium in re* com características muy diferentes a la simple reutilización material que hasta aquí hemos explicado”⁷¹

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge (1988): *A roman marble quarry in Portugal*. In “Studia Pompeiana and Clássica in honour of Wilhelmina F. Jashemski” (edited by Robert J. Curtis), vol. 2, New Rochelle (New York), Aristide D. Caratzas, publisher/Orpheus Publishing Inc., p. 1-12
- ALARCÃO (2008): ALARCÃO, Jorge – *Pedreiras antigas de Coimbra*. In “A Terra. Conflitos e Ordem. Homenagem ao Professor Ferreira Soares”. Coimbra, Universidade de C., p. 71-73
- ALBUQUERQUE, Elisa; SANTOS, Constança Guimarães dos (2007) – *Capela de São Pedro da Capinha (Fundão): primeira intervenção*. “Almadan”, 15, p. 1-7
- ALFENIM, Rafael; LOPES, Maria da Conceição (1995) – *A basílica paleocristã/visigótica do Monte da Cegonha (Vidigueira)*. In “IV Reunión d'Arqueologia Cristiana Hispánica, Lisboa (1992)”. Barcelona, p. 389-399.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *et alii* (1992) – O forno cerâmico da Correlhã-Ponte de Lima. “Revista da Faculdade de Letras”, Série II, vol. 9, Porto, p. 481-506
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986) – *Arte na Alta Idade Média*. In “História da Arte em Portugal”. Lisboa, Publicações Alfa
- ALMEIDA, Fernando de (1962) – *Arte visigótica em Portugal*, Sep. de “O Arqueólogo Português”, Nova Série, 4, Lisboa, p. 1-303
- ALMEIDA, Maria José Fresco de (1987) – *Escultura arquitectónica e funerária, dos séculos IV ao VIII*. Lisboa, UNL (dissertação de mestrado, policopiada)
- ALVES, Francisco *et alii* (2005) – *Vestígios de naufrágios da antiguidade e da época medieval em águas portuguesas*. Comunicação ao “Congresso do Mar”, Nazaré, 1-2 Abril 2005
- ALVES, Francisco; RIETH, Eric (2007) – *As pirogas 5 e 5 do rio Lima*. “Trabalhos do CNANS”, 21, Lisboa, 2007
- ARIAS, Lorenzo (1993) – *Prerrománico asturiano. El arte de la Monarquía Asturiana*. Gijón, Ediciones Trea
- BARROCA, Mário Jorge; REAL, Manuel Luís (1984) – *Trabalhos arqueológicos na igreja de Lagares (Penafiel). Relatório* (submetido ao IPPAR, policopiado)

⁷⁰ Com o presente estudo, aproveitamos para prestar homenagem a este amigo, que dolorosamente nos acaba de deixar e de quem tantas amabilidades recebemos e muito havíamos ainda a esperar, não fosse a trágica doença que o atingiu nos últimos anos de vida.

⁷¹ MORAIS MORAN, José Alberto (2011), p. 981

- BARROCA, Mário; REAL, Manuel Luís; TAVARES, Rui (1986) – *Escavações arqueológicas nas covas eremíticas de Sabariz. Vila Fria – Viana do Castelo, Portugal*. In “Actas del I Congreso de Arqueologia Medieval Española. (Huesca, 1985)”, Tomo II, p. 51-71
- CABALLERO ZOREDA, Luís (2000) – *La arquitectura denominada de época visigoda. Es realmente tardorromana o prerrománica?* In “Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad Tardía y la alta Edad Media”, Madrid/Mérida, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 207-247
- ID., coord. (2004) – *La iglesia de San Pedro de la Nave. (Zamora)*. Zamora, Institutos de Estudios Zamoranos “Florián de Ocampo”, 2004
- ID., coord. (2005) – *La llamada Sé de Idanha-a-Velha (Portugal)*. *Lectura de paramentos*. 2004. Madrid, CSIC, 2005
- ID.; ARCE, Fernando; UTRERO, M^a de los Angeles (2003) – *São Gião da Nazaré (Portugal)*. *Un tipo original de iglesia*. “Arqueologia de la Arquitectura”, 2, Madrid/Vitoria, p. 75-79
- ID.; SÁNCHEZ SANTOS, J. C. (1990) – *Reutilizaciones de material romano en edificios de culto Cristiano*. “Antigüidade Cristiana”, 7, Murcia, p. 431-476
- CASTRO, Luís Albuquerque e (1965) – *Os frisos de calcário da capela de São Frutuoso de Montélios (Braga)*. Porto (sep. de “Lucerna, vol. 4)
- CATTEDDU, Isabelle (2004) – *Archéologie préventive et analyse des occupations rurales durant le haut Moyen Âge*. “Archéopages”, juil-04, 13, p. 26-30
- ID. (2009) – *Archéologie médiévale en France. Le premier Moyen Âge (V-XI siècle)*. Paris, La Découverte, 2009
- CID PRIEGO, Carlos (1996-97) – *Elementos romanos determinantes en el arte prerrománico asturiano*. “Annals de l’Institut d’Estudis Gironins”, 38, Girona, p. 1401-1413
- CORREIA, Fernando Branco (2010) – *Fortificação, guerra e poderes no Garb al-Andalus (dos inícios da islamização ao domínio norte-africano)*. Évora, Universidade de E. (dissertação de doutoramento, policopiada)
- COSTA, Mário Alberto Nunes (1991) – *Reflexão acerca dos locais ducentistas atribuídos ao Estudo Geral*. Coimbra, Coimbra Editora
- COUTINHO, João de Moura (1978) – *As artes pré-românicas em Portugal*. São Frutuoso de Montélios. Braga, ASPA
- FERNANDES, Paulo Almeida (2005) – *Ecletismo. Classicismo. Regionalismo*. In “Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)”. Palmela-Porto, Câmara Municipal de P.-Faculdade de Letras da U. P., p. 293-310
- ID. (2008) – *A igreja de São Pedro de Lourosa e a sua relação com a arte asturiana*. “Arqueologia Medieval”, 10, Mértola, p. 21-40
- FONTES, Luís (1991-92) – *Salvamento arqueológico de Dume (Braga)*. *Resultados das campanhas de 1989-90 1991-92*. “Cadernos de Arqueologia”, Série II, 8-9, p. 199-230
- ID. (2006) – *A basílica sueva de Dume e o túmulo dito de São Martinho*. Braga, Núcleo de Arqueologia da Universidade do Minho-Junta de Freguesia de Dume
- ID.; MACHADO, André (2003) – *São Gião da Nazaré. Trabalhos Arqueológicos. Fase III-Sondagens nos alçados e no solo. Relatório final*. “Trabalhos arqueológicos da U.A. U.M./Memórias”, 3, Braga, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho
- GIL, Adriano Beça (2008) – *Contributos para a navegação fluvial em Portugal. O aproveitamento dos principais rios portugueses*. In www.marinha.pt/PT/amarinha/actividade/.../textos.../28OUT08.pdf
- LEMONS, Francisco Sande; BAPTISTA, António Martinho (1995-56) – *Estudo de um troço da via XVIII do Itinerário de Antonino na Serra do Gerês (a Geira Romana)*. “Cadernos de Arqueologia”, Série II, 12-13, p. 113-133

- LIMA, António Manuel de Carvalho (2012) – *Os mosaicos da ecclesia de Tongobriga, paróquia da diocese portugalense no século VI*, in Maciel, Manuel Justino Pinheiro; Mourão, Cátia (ed.) – Encontro Ibérico sobre Mosaico Romano “Imagens do *Paradeisos* nos Mosaicos da Hispânia”. Actas, *Revista de História de Arte*, Lisboa, Instituto de História de Arte da Fac. Ciências Sociais e Humanas da UNL
- LOPES, Virgílio (2003) – *Mértola na Antiguidade Tardia. A topografia da cidade e do seu território nos alvares do cristianismo*. Mértola, Campo Arqueológico de Mértola
- LÓPEZ PEREIRA, J. D. (1993) – *Mármoles de la iglesia de Santiago de Alfonso III: determinación de su procedencia*. “*Madrider Mitteilungen*”, 34, Mainz am Rhein, Verlag von Zabern, 1993
- MARQUES, Catarina Alexandra; CATARINO, Lúcia; SEBASTIAN, Luís (2010) – *A pedra na construção do Mosteiro de S. João de Tarouca*. “*Oppidum-Revista de Arqueologia, História e Património*”. Lousada: Câmara Municipal, 4, 2010, p. 113-162
- MARTÍN LÓPEZ, María Encarnación (2004) – *Las inscripciones del Panteón de San Isidoro de Leon*. In “*Escritos dedicados a José María Fernández Catón*”. Leon, CEISI, p. 941-972
- REAL, Fernando (2008) – *A mineração romana: exploração de materiais não metálicos*. In “Portugal romano. A exploração dos recursos naturais”. Lisboa, Ministério da Cultura, IPM / MNA, p. 77-82
- REAL, Manuel Luís (1985) – *Pousada de Santa Marinha. Guimarães*. “Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, Monumentos”, 130, [Lisboa]: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, p. 7-58
- ID. (1995) – *Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular*. Sep. de “IV Reunião D’Arqueologia Cristiana Hispânica (Lisboa 1892)”. Barcelona, p. 17-68
- ID. (2000) – *Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe*. In “Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad Tardia y la alta Edad Media”, Madrid/Mérida, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 21-75
- ID. (2007) – *A escultura decorativa em Portugal: o grupo “portugalense”*. In “Escultura decorativa tardorromana y altomedieval en la Península Ibérica”, Madrid/Mérida, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p.133-170
- ID.; FERNANDES, Isabel Maria; Tavares, Rui; SÁ, Pedro (1982) – *As covas eremíticas de Sabariz (Vila Fria – Viana do Castelo)*. “*Minia*”, 2ª Série, 5 (6), Braga, p. 5-30
- TENTE, Catarina (2009) – *Viver em autarcia. A organização do território do alto Mondego (Portugal) entre os séculos V a X*. In Martín Viso, Iñaki (ed. lit.) – “*Tiempos oscuros?. Territorio y sociedad en el centro de la Península Ibérica (siglo VII-X)*”. Madrid, Silex, p. 137-157
- URBINA ALVAREZ, Aránzazu (2002) – *Hallazgo de dos pizarras con inscripción...* “*Faventia*”, 24/1, Barcelona, p. 135-144
- UTRERO AGUDO, Mª Ángeles (2006) – *Iglesias tardoantiguas y alto medievales en la península ibérica. Análisis arqueológico y sistemas de abovedamiento*. Madrid, CSIC
- VASCONCELOS, Flório de (1968) – *Algunas hipótesis acerca del monumento de Montélios*. “*Bracara Augusta*”, 22, Braga, p. 253-263
- VELÁZQUEZ SORIANO, Isabel (1989) – *Las pizarra visigóticas: Edición crítica y estudio*. “*Antigüedad y Cristianismo*”, 6, Murcia

ABREVIATURAS:

- DC – *Portugaliae Monumenta Historica... Diplomata et Chartae*, vol. 1, Lisboa, Academia das Ciências, 1868
- LP – *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*. Coimbra, Arquivo da Universidade, 1999

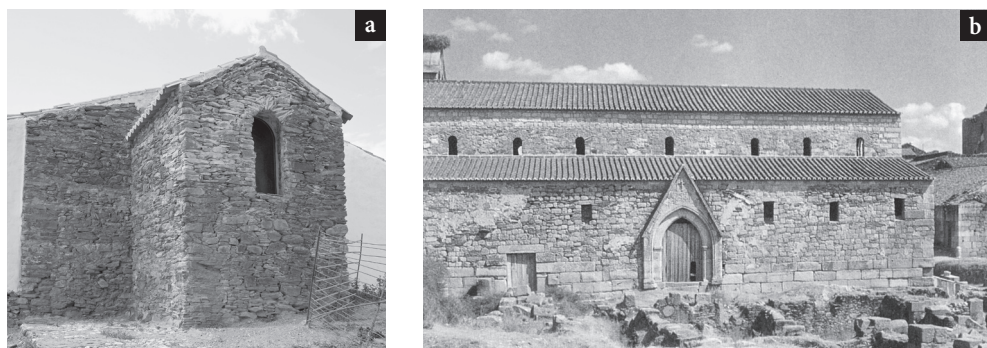


Fig. 1. a – Igreja do lugar de Mosteiro (Mértola); b – Basílica de Idanha-a-Velha (cl. C. A. Ferreira Almeida)

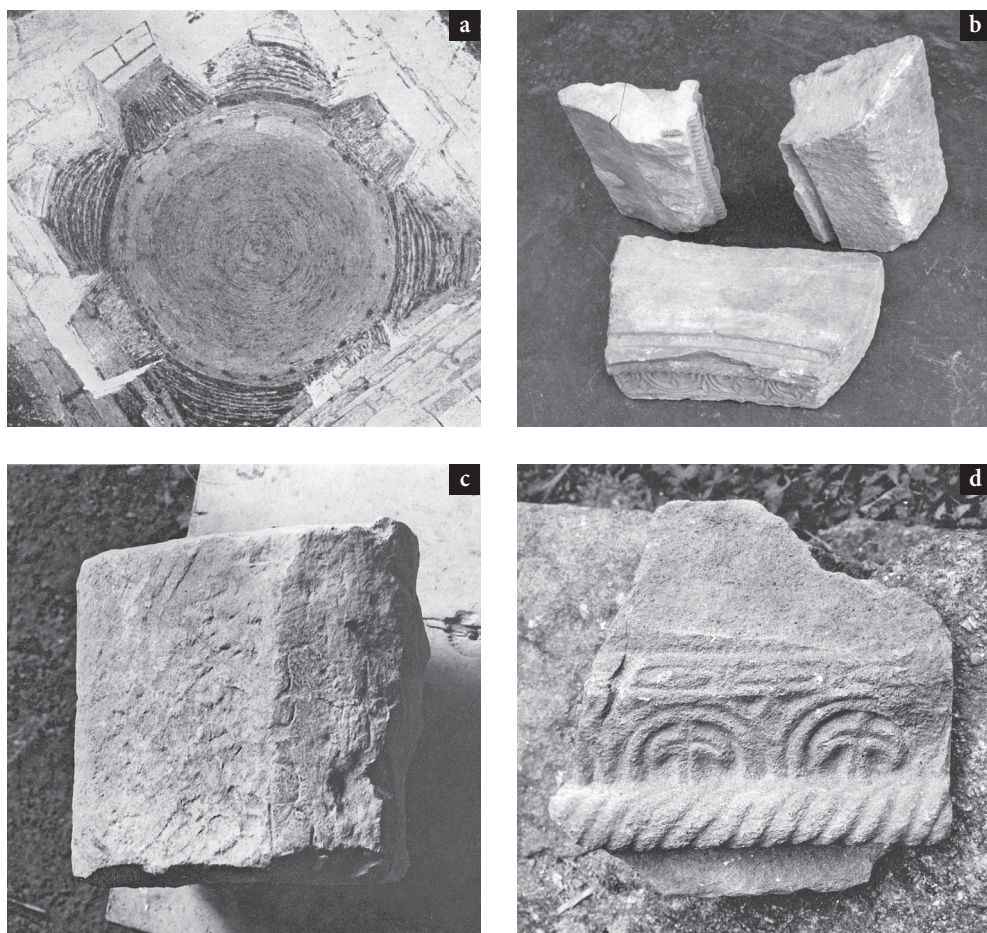


Fig. 2. São Frutuoso de Montélios: a – Interior da cúpula (cl. J. M. Coutinho); b – reaproveitamento de antigas impostas; c – reaproveitamento de pedra epigrafada; d – fragmento de friso em granito

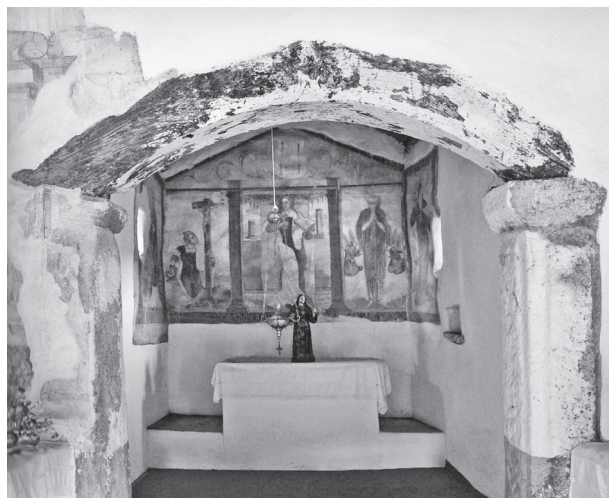


Fig. 3. Arco em madeira de Santa Valha (Valpaços)

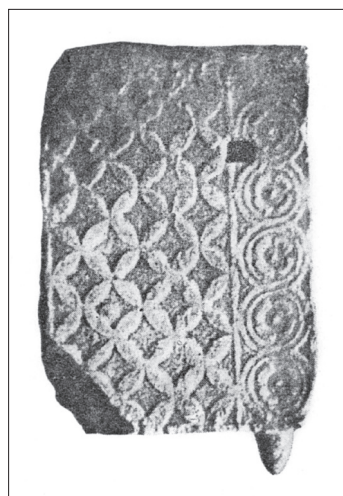


Fig. 4.
Placa giratória para encerramento de vão, proveniente de Arraiolos – col. Museu Nacional de Arqueologia (cl. F. Almeida)

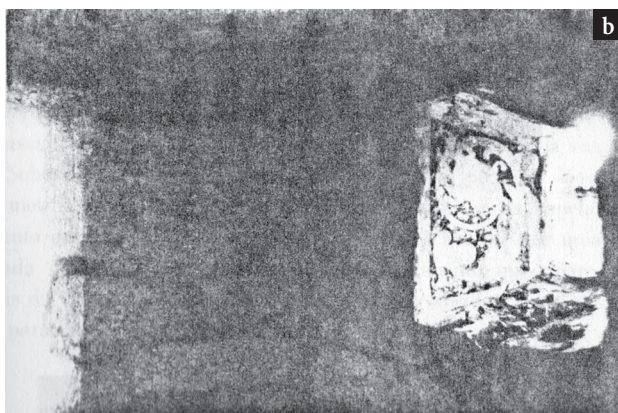


Fig. 5. a – Vestígio de fresco do séc. X-XI, em S. Martinho de Lagares (Penafiel); b – Pintura classicizante em S. Frutuoso de Montélios, hoje desaparecida (cl. F. Almeida)



Fig. 6. a – Capitel de S. Frutuoso, reaproveitado e esculpido na face posterior (cl. C. A. Ferreira Almeida); b – Capitel de Sº Amaro de Beja, reesculpido sobre um anterior, de origem romana

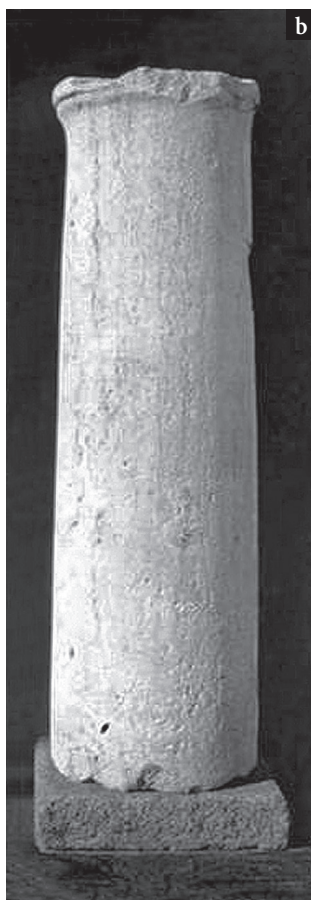


Fig. 7.
a – Pilar em “mármore” de S. Brissos, proveniente de Corte Piorno, Quintos – Mus. Reg. de Beja; b – Fuste de coluna encontrado junto à Sé do Porto – reservas do Dep. de Museus da CMP

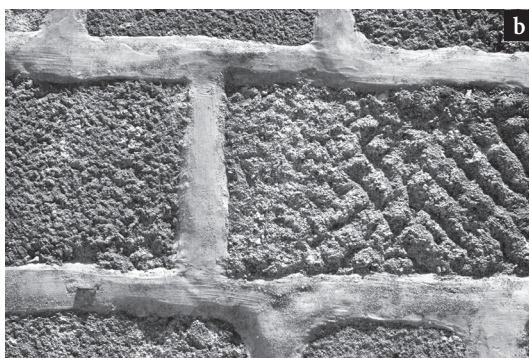


Fig. 8. a – Torre do castelo de Trancoso; b – Desbaste interrompido de uma pedra almofadada, em Lomar; c – Recorte de uma pedra almofadada, em Lourosa



Fig. 9. a – Arcos da nave setentrional de S. Pedro de Lourosa; b – Arco triunfal de S. Pedro de Balsemão



Fig. 10. a – Evolução do aparelho construtivo em S. Pedro de Varais; b – O mesmo em S. Tiago de Adeganha

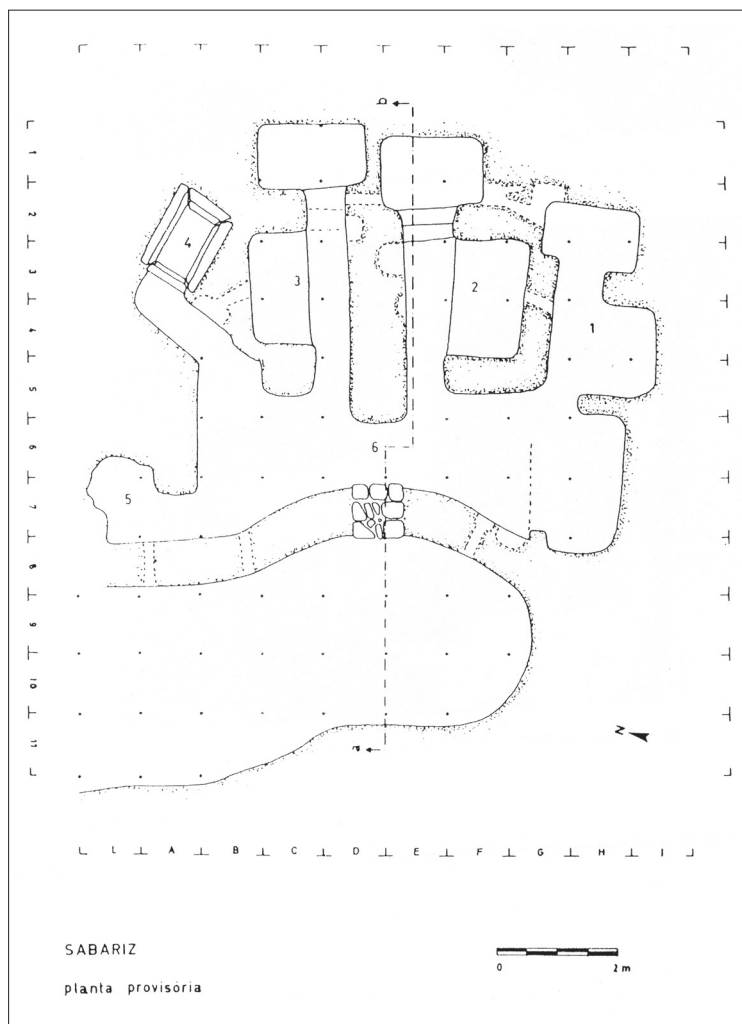


Fig. 11.
Eremitério rupestre
da Quinta da Mala-
faia, Sabariz (Viana
do Castelo)

RESUMO: A tendência natural para recorrer a matérias-primas de proximidade não impediu a existência variáveis dentro de uma mesma região, devido a particularidades locais ou, mesmo, diferenças de cronologia. Por outro lado, num só monumento, é de atender regra geral à diversidade e complementaridade dos materiais empregues, de acordo com o local destinado e a sua função construtiva. Chama-se a atenção para a provável existência de igrejas em madeira na alta Idade Média, à semelhança de outras regiões europeias, assim como para o primeiro fragmento de pintura a fresco descoberto em Portugal, relativo a este período. Considerando que não foi completamente interrompida a exploração de pedreiras, constata-se, todavia, que a construção pré-românica recorreu generalizada-mente ao espólio de materiais provenientes de edifícios antigos, em ruína, cuja oferta era abundante e estimulou políticas oficiais de exploração de “pedreiras” em segunda mão. Esta circunstância teve duas consequências evidentes: a manutenção do transporte fluvio-marítimo, muitas vezes a grande distância, e o aperfeiçoamento das técnicas de talhe e de desbaste das cantarias. A mestria entretanto adquirida e a progressiva refinação dos acabamentos é que conduziu, de modo subliminar, à estética românica.

Palavras-chave: Pré-românico; Matéria-prima; Pedreira; Transporte; Fresco; Madeira

RÉSUMÉ: La tendance naturelle de recourir aux matériaux existants aux alentours, n’a pas empêché l’existence de variables au sein d’une même région, en raison de particularités locales ou des différences chronologiques. D’une part, dans un seul monument, on trouve, en générale, une diversité et complémentarité des matériaux, selon l’emplacement et sa fonction constructive. L’auteur souligne la possibilité de l’existence d’églises en bois au Haut Moyen Age au Portugal, comme on trouve ailleurs en Europe, et présente aussi le premier fragment connu de peinture a *fresco* au Portugal, pour cette période.

Considérant que le fonctionnement des carrières n’a pas été complètement interrompu, on trouve, néanmoins, que la construction préromane a fait l’appel largement aux matériaux en provenance de bâtiments anciens, en ruines, dont la présence était abondante et a aussi stimulé démarches officielles d’exploitation des «carrières» de matériaux d’occasion. Cette circonstance a eu deux conséquences évidentes: le maintien du transport fluvial et maritime, souvent pour longues distances; et l’amélioration des techniques de coupe et de l’amincissement de la pierre. La maîtrise ainsi développé et la progressif amélioration de la finition, a conduit, progressivement, à esthétique romane.

Mots-clés: Préromane; matériaux de construction; carrière; transport de matériaux; peinture a *fresco*; bois; réutilisation et recyclage des matériaux.